

Derrotar Collor no segundo turno

A eleição ainda não acabou. No dia 25 de novembro, em 16 Estados, haverá segundo turno para a escolha dos governadores. Em cinco deles (SP, MG, RS, PR e ES) a disputa é acirrada e coloca em campos antagônicos candidatos colloridos e anti-Collor. A esquerda não pode cair no primarismo de ficar fora da disputa, embora em muitos lugares ela seja prota-

gonizada por diferentes segmentos das classes dominantes. A proposição do voto nulo, branco, a abstenção ou a "liberação do eleitorado" é uma posição imatura que em nada contribui para fortalecer a oposição ao governo autoritário e antinacional de Collor. Leia nota da Direção Nacional do PCdoB

(página 3 e editoriais na página 2)

PCdoB faz bancada federal e elege 10 estaduais



Socorro Gomes

O Partido Comunista do Brasil conseguiu nas eleições de outubro formar uma bancada de deputados federais, que pode contar com cinco ou seis integrantes. São eles: Haroldo Lima (Bahia), Aldo Rebelo (São Paulo), Jandira Feghali (Rio de Janeiro), Renildo Calheiros (Pernambuco) e Socorro Gomes (Pará). O sexto é Edson Silva, que ficou como segundo suplente no Rio Grande do Sul, com quase 20 mil votos, tendo chances reais de ocupar uma cadeira na Câmara durante a legislatura.

Págs. 5 a 11

Dívida externa: que há por trás da proposta de renegociação de Collor


Pág. 15



Zélia Cardoso, que comanda a renegociação

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOSI

A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 66 — VI FASE — Nº 53 — de 19 de outubro a 2 de novembro de 1990

Cr\$ 60,00
PA-AM-RO-AC Cr\$ 80,00



CDM
Novos crimes de Israel
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
contra os palestinos

páginas 18 e 19

EDITORIAL

Derrotar o governo, tarefa principal

Antes mesmo de serem iniciadas as apurações dos votos, a mídia nacional, baseada em pesquisas de opinião pública e prognósticos sobre os governadores eleitos e a futura composição do Congresso Nacional e Assembleias Legislativas, apressou-se em proclamar que "Collor ganhou as eleições".

Será? Ou estaremos diante da confirmação do pensamento de la Fontaine de que "a imaginação tem mais império sobre os homens do que a realidade?" É no mínimo uma imprudência concluir sobre a vitória ou derrota do governo, quando se sabe que haverá segundo turno em 16 Estados, cinco dos quais de significativo peso na vida econômica e social do país: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo. Nesses Estados é que se decidirá, no pleito em segunda volta, quem foram os vencedores e os vencidos na batalha eleitoral. Considere-se, além disso, que Collor foi fragorosamente batido na disputa pelo governo do Rio de Janeiro, com vantajoso resultado para Leonel Brizola, um dos seus maiores antagonistas, à frente de uma coligação que incluía os comunistas.

Quanto à composição do novo Congresso, ainda é preciso "assentar a poeira" para analisar o pronunciamento das urnas com mais calma. Grosso modo, verifica-se certo crescimento da direita, um moderado avanço da esquerda e a sobrevivência de ponderáveis parcelas do centro. Qualquer esquematismo na definição de bancada governista e antigovernista antes da realização do segundo turno da eleição para governadores levará a conclusões falsas.

Desse modo, o segundo turno, principalmente nos Estados acima citados, onde é muito nítida a polarização entre partidários e adversários de Collor, é que dará o tom da nova correlação de forças no país. E mais, fará a disposição inicial de pedras no tabuleiro do xadrez da luta sucessória de 1994, em função da qual as diversas correntes políticas do país fazem seus planos. A derrota de Maluf, em São Paulo, ou a de Marchezan no Rio Grande do Sul, de Hélio Costa

em Minas, Martinez no Paraná e José Ignácio no Espírito Santo, constituirá um golpe de enormes proporções na implementação dos planos da direita "moderna", que Collor representa, e nos seus intentos continuistas.

Na definição da postura a adotar no segundo turno, as forças populares devem afastar de sua análise todo tipo de primarismo e ter em conta principalmente o fato de que o "projeto Collor" tem profundo caráter anti-nacional e contra-revolucionário. Este projeto contraria os anseios fundamentais do povo e da nação e, queira-se ou não, conflita também, embora por razões distintas, com os interesses de parcelas das classes dominantes aliadas do poder com a ascensão de Collor. O esquema de forças atualmente instalado no Palácio do Planalto está de olhos postos na sua perpetuação no poder, com presidencialismo ou parlamentarismo. Seu chefe pretende mandar no país não apenas por cinco anos, mas por décadas. Nesse sentido, o eixo principal da luta política no país de agora em diante é o combate anti-Collor. Por isso, a eleição de governadores que por um ou outro motivo se opõem ao atual presidente poderá ser capitalizada a favor do movimento democrático e popular.

A experiência da campanha presidencial de 1989 mostrou o potencial das correntes progressistas e de esquerda. Seu ascenso representou um impacto na situação política do país. Mas essa força potencial, para se tornar plena, precisa romper as amarras que o governo da nova direita lhe impõe. Estrategicamente, tendo em vista as transformações sociais de fundo, é a unidade popular que poderá constituir a força decisiva da luta anti-monopolista e antiimperialista. Mas, em conjunturas como a que estamos vivendo, seria miopia política não perceber a necessidade de alargar o leque de alianças, abrir maiores fissuras nas classes dominantes e acumular forças nas vitórias, embora parciais e limitadas, que se podem alcançar agora.

Derrotar Collor no segundo turno é, portanto, a tarefa imediata da esquerda, para abrir caminhos mais largos ao desenvolvimento do movimento popular.



O voto anti-Maluf

Aldo Rebelo*

O voto anti-Maluf se impõe, em primeiro lugar, como uma exigência de nossa oposição infatigável e intransigente ao governo Collor e seu plano de superação pró-imperialista, pró-monopolista e pró-latifundiária da crise brasileira. Qualquer omissão na batalha do segundo turno paulista significa ajudar indiretamente a trama collorida.

O voto anti-Maluf decorre, em segundo lugar, do conhecimento de quem é e o que representa Paulo Salim Maluf, em São Paulo e nacionalmente. Não se trata simplesmente de mais um político burguês de direita. Maluf é o filho primogênito da ditadura militar, seu último e empedernido representante paisano. Além de dezenas de processos e várias condenações nas costas, encarna como ninguém o fascismo tupiniquim. Truculento, arrogante, mentiroso, cínico, nunca, em mo-

mento algum, por diminuto e fugaz que fosse, esteve ao lado do povo; ao contrário, sempre combateu, ferrenhamente, do outro lado da barricada. Basta ver onde estava Paulo Maluf por ocasião do golpe de 64, do terrorismo ditatorial, da campanha pela Anistia, das greves dos metalúrgicos do ABC, da campanha das Diretas-Já, da ofensiva final contra o regime militar, da Constituinte, das eleições de 89.

Esse engendro dos generais alcançou certa popularidade, entre os menos avisados, escondendo sua face e suas idéias atrás de um coração de plástico e explorando habilmente as frustrações da gente humilde. Porém não mudou em nada sua essência. Uma vitória de Maluf em São Paulo representaria a revanche, pelo voto, das forças mais tenebrosas do retrocesso e da ditadura.

Ao pregar o voto anti-Maluf, o PCdoB expressa também sua opinião sobre a candidatura Fleury, do esquema do governo Orestes Quércia. Trata-se de um esquema conservador que só se impõe como alternativa ao retrocesso representado por uma eventual vitória de Maluf. As críticas de Fleury ao governo Collor não constituem uma oposição consequente ao projeto do governo federal. São críticas de uma oposição conservadora, das classes dominantes, expressam a disputa da sucessão presidencial em 94, que já se iniciou. Cabe às forças democráticas e populares explorar essas contradições para impor uma derrota àquele que melhor expressa o projeto Collor no Estado de São Paulo. Nesse quadro, a posição do PCdoB de votar em Fleury não implica qualquer compromisso com o futuro governo ou com projetos de seu esquema político.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois
 direção nacional do PCdoB

As eleições e o segundo turno

Nota do CC do Partido Comunista do Brasil

Os comunistas iniciaram avaliação do processo eleitoral numa reunião plenária ampliada da direção nacional do PCdoB, realizada dias 13 e 14 de outubro em São Paulo. Na ocasião ficou definida a posição do Partido para o segundo turno. A plenária do Comitê Central aprovou o documento que reproduzimos na íntegra.

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, PCdoB, reuniu-se para discutir os resultados eleitorais de 3 de outubro e, especialmente, para se posicionar acerca do 2º turno, que elegerá governadores de 16 Estados da Federação.

O quadro político eleitoral

As eleições de outubro aconteceram numa situação desfavorável às forças de esquerda, democráticas e populares. Foi o primeiro pleito realizado sob o governo antinacional e antipopular de Collor. Em plena recessão, o país registra grande número de desempregados. A inflação continua avançando. O povo passa dificuldades. A máquina do Estado atuou incisivamente no processo eleitoral, beneficiando os partidos e candidatos ligados ao Planalto. A corrupção e a fraude predominaram. A compra de votos tomou proporções desmedidas. A Justiça Eleitoral aplicou leis do tempo da ditadura, em desrespeito flagrante à nova Constituição. Censurou programas de TV, restringiu arbitrariamente a propaganda eleitoral, atropelou o horário gratuito com repetidos "direitos de resposta", "ajudou" a campanha dos candidatos da direita. Chegou ao extremo de requisitar campos de futebol, ameaçando prender os que fizessem "boca de urna". Enquanto retirava os votos em branco na fixação dos índices eleitorais dos candidatos a cargos majoritários, adotava outro critério com relação aos que disputavam nas áreas propocionais. Os votos em branco, nessa área, eram computados na formação do quociente eleitoral, o que favoreceu os grandes partidos das classes dominantes. A TV e a imprensa fizeram campanha sistemática contra os parlamentares em geral, insinuando o voto nulo ou em branco. Os institutos de pesquisas de supostas preferências do eleitorado interferiram descaradamente no curso da campanha, tentando induzir os eleitores ao engano das projeções pré-fabricadas.

A esquerda dividiu-se

As correntes de esquerda, demo-



A plenária da direção nacional do PCdoB definiu a posição para o segundo turno tendo como eixo a oposição anti-Collor

cráticas e populares que, unidas, haviam alcançado imensos êxitos na campanha presidencial de 89, apresentaram-se divididas em 3 de outubro. Precisamente quando se tornava ainda mais necessária a união dessas forças para enfrentar a direita no Poder, tal como propôs o PCdoB, o PT decidiu romper com a unidade, fracionou a frente nacional. Contribuiu de certa forma para reduzir as possibilidades de êxitos da esquerda, propiciando vantagens aos candidatos reacionários.

Caráter nacional das eleições

O PCdoB considera que, embora de feição regional, as eleições recém-realizadas tiveram caráter essencialmente nacional. A grande disputa de governos estaduais e de bancadas numerosas no Congresso girou em torno da conquista de posições importantes para as batalhas futuras pelo poder central. Collor, que não dispõe ainda de um movimento político organizado, procura fortalecer seu governo. Ambiciona permanecer no Planalto por período bem maior do que o de 5 anos assegurado no pleito de 89. A efetivação do seu Projeto — antinacional e antipopular — depende de tempo mais largo. Busca, assim, ampliar seus espaços políticos no âmbito da Federação e do Congresso, visando propósitos continuistas. Por sua vez, forças conservadoras de vários partidos, notadamente do PMDB, também apressam-se a garantir posições que lhes permitam disputar vantajosamente o governo em 94. Têm

reservas quanto ao rumo "collorido" que vai tomando o país. As correntes de esquerda, democráticas e populares não são alheias à luta que se trava pelo poder. Opõem-se decididamente ao governo de Collor. Procuram consolidar suas posições e avançar.

Resultados eleitorais

Em que pesem os esforços feitos por Collor para alcançar a vitória já no 1º turno, os resultados eleitorais negam seus prognósticos. Elegeu um número maior de parlamentares da sua grei. Conquistou governos de alguns Estados. Mas não tem maioria própria no Congresso e os governos de Estados importantes, como São Paulo, Minas, Paraná e Rio Grande do Sul, ainda vão ao 2º turno. O PMDB, apesar do declínio, conserva ainda a maior bancada do Congresso e elegeu governos em diversos Estados. A esquerda alcançou posições destacadas, particularmente com a eleição de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro. Disputa com certa folga os governos do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo e outros. As bancadas dos partidos de esquerda aumentaram substancialmente. De pouco mais de 60 parlamentares, passam a mais de 100.

A batalha do 2º turno

Adquire, assim, enorme importância a batalha que se realizará no 2º turno. Dela depende a nova correlação de forças que surgirá no país. Collor se empenhará a fundo para

vencer nos Estados mais importantes (São Paulo, Minas, Paraná e Rio Grande). Em São Paulo, seu candidato é Maluf. No Rio Grande do Sul, Marchezan, do PDS. Em Minas e no Paraná são representantes do PRN, o seu partido. Derrotado nesses Estados, por candidatos progressistas ou mesmo de origem conservadora, Collor perde apoios fundamentais para levar adiante seu projeto político. As forças de oposição, democráticas e progressistas, não podem vacilar e fugir do combate principal. É preciso bater eleitoralmente os candidatos do Planalto. Omitir-se nessa batalha seria não compreender o seu verdadeiro significado. Deixaria livre o campo às forças do inimigo principal da maioria da nação.

Linha de demarcação no 2º turno

Levando em conta que o eixo fundamental da luta política que se desenvolverá no país no futuro próximo é a competição aberta ou indireta pelo poder central em 94, e que se deve afastar a grande ameaça que pesa sobre a nação (Collor e sua política), a linha de demarcação no 2º turno é a oposição decidida aos candidatos alinhados com o Planalto. Em todo o país essa deverá ser a posição do PCdoB.

no 2º turno com os candidatos que contam com o apoio do Planalto tem caráter independente e unitário. Não está condicionado a qualquer esquema estratégico de forças conservadoras, nem é adesista. Comporta críticas adequadas e necessárias a aliados eleitorais. O PCdoB empenhar-se-á em agrupar as correntes de esquerda e populares na caminhada anti-Collor do 2º turno. É importante a participação conjunta dessas correntes para fortalecer a frente progressista e dar direção correta às lutas do povo.

Reivindicações em pauta

Ao tomar parte na campanha eleitoral que se avizinha, as correntes progressistas levantam bandeiras de interesse do povo, procurando mobilizar as massas por sua efetivação. Têm toda a oportunidade de destacar reivindicações como:

- Reparação das perdas salariais e combate ao arrocho dos salários
- Devolução imediata da poupança popular confiscada pelo Plano Collor
- Oposição às demissões em massa de funcionários públicos
- Defesa das empresas estatais indispensáveis ao progresso do país
- Respeito às liberdades democráticas, contra a repressão aos movimentos populares
- Condenação do sistema de governo através de Medidas Provisórias
- Contra o desemprego e a política de recessão
- Não pagamento da dívida externa
- Aceleração das leis complementares que visem a democratização do país e assegurem os direitos sociais

Aprofundar as lições do 1º turno

O PCdoB esforçar-se-á por elevar nas caminhadas de agora a consciência política das grandes massas. Debater, esclarecer, educar os trabalhadores e o povo é tarefa de primeira ordem. Em futuro próximo, será feito um exame mais aprofundado dos ensinamentos e das experiências da campanha eleitoral de 90. Toda luta traz conhecimentos novos da realidade e do desenvolvimento da situação relacionada com o avanço do progresso social.

São Paulo, 15 de outubro de 1990

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabis
O apoio firme e combativo do PCdoB aos candidatos que se defrontam

Voto branco prejudica esquerda

Arquivo

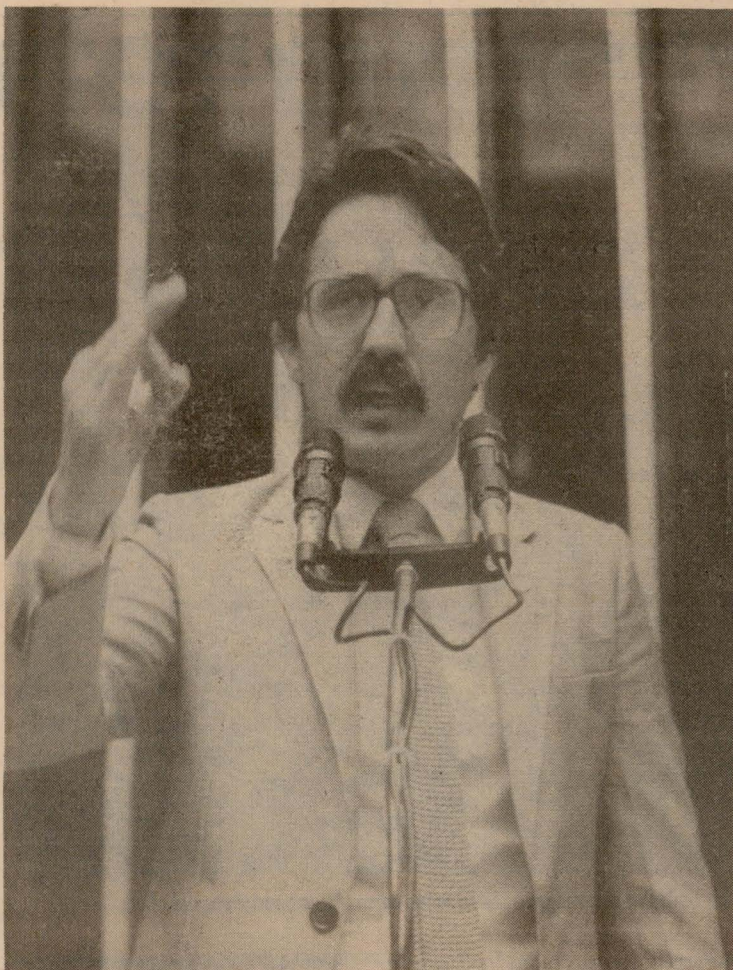
Alfonso Abraham

Por incrível que pareça, embora o país esteja sob nova Constituição desde 1988, o processo eleitoral deste ano ainda foi regido, em alguns de seus aspectos essenciais, pela legislação autoritária do regime militar, gerando flagrantes injustiças. Na apuração dos votos para a Câmara Federal e Assembléias Legislativas prevaleceu o preceito do código eleitoral de 1965 (artigo 106), segundo o qual os votos brancos são computados para efeito do cálculo do quociente eleitoral. Uma evidente contradição com o espírito da Constituição, em vigor desde 5 de dezembro de 1988, que em seu artigo 77 desconsidera este tipo de voto para a determinação do resultado da eleição majoritária em primeiro turno. Ou seja, para decidir quais são os candidatos que irão disputar o segundo turno das eleições majoritárias, consideram-se apenas os votos válidos.

Devido a essa distorção de critérios, a eleição deste ano registra resultados absurdos. Em Mato Grosso, por exemplo, o candidato a deputado federal mais votado em todo o Estado, foi o ex-ministro da Reforma Agrária, ex-prefeito de Cuiabá e autor da memorável emenda das Diretas-Já, Dante de Oliveira, com 50 mil votos. No entanto, não foi eleito porque sua coligação, a Frente Popular, formada pelo PDT, PCdoB, PT, PSB e PCB não conseguiu atingir o quociente eleitoral, que se tornou muito elevado com a alta incidência de votos brancos. Mas, no mesmo Estado, para ficar apenas com o exemplo matogrossense, o obscuro candidato Oscar Travassos, do PDS, ex-secretário da Segurança Pública, elegeu-se com a medíocre performance de 14 mil votos.

Para Dante de Oliveira, trata-se de "um resquício da legislação da ditadura, cujos estrategistas, como Golbery do Couto e Silva, decidiram computar como válidos os votos brancos, com o objetivo de beneficiar os grandes partidos". Dante explica que a aplicação dessa norma nos tempos atuais contraria frontalmente o espírito da nova Constituição, que eliminou a contagem dos votos brancos nas eleições majoritárias. O campeão de votos em Mato Grosso qualifica o voto branco como "indireto, que fraudava a vontade popular e não é dirigido a ninguém, mas no caso das eleições em Mato Grosso favoreceu a coligação conservadora".

Aldo Arantes, do PCdoB goiano, constituinte nota 10 e candidato à reeleição à Câmara Federal, foi outra vítima dos dois pesos e duas medidas usados na apuração dos votos. Candidato mais votado de sua coligação, com mais de 25 mil votos, não foi eleito porque também sua coligação não atingiu o quociente eleitoral. Ele



Aldo Arantes, do PCdoB, também prejudicado pela dualidade de critérios



Dante de Oliveira, campeão de votos no Mato Grosso, não foi eleito

constata que a computação dos votos brancos no cálculo do quociente resultou na não eleição de sequer um deputado da esquerda goiana, pois nem o PCdoB, PDT, PSB, PSDB, PCB ou PT conseguiu atingir o número mínimo de votos exigido. Aldo não deixa de responsabilizar também o PT por esse resultado negativo, em razão da recusa da seção goiana em fazer coligação com as demais agremiações de esquerda. "Se a coligação se realizasse — avalia Aldo — a es-

querda elegeria no mínimo três deputados federais no Estado".

Aldo e Dante concordam em que além de inconstitucional, a contagem dos votos brancos na definição do quociente cria um problema político: os partidos de esquerda, embora concorrendo à eleição com candidatos fortes (os casos de Mato Grosso e Goiás são eloquentes) e tendo reconhecida representatividade junto à opinião pública e ao movimento po-

pular organizado, ficam sem canais de expressão. "Uma evidente contradição — explica Dante de Oliveira — com o espírito da democratização do país e da Carta constitucional que facilita a criação de novos partidos. A Constituição facilita e a legislação autoritária remanescente restringe..."

O deputado matogrossense entrou, em 16 de outubro, com recurso junto ao Tribunal Regional Eleitoral

pedindo a impugnação do resultado considerado. Dante faz uma arguição básica: "como pode, numa mesma eleição, o voto do mesmo eleitor, com um sentimento que é um só, ter valores distintos? É uma excessão política e jurídica". Aldo Arantes no mesmo dia 16, também encaminhou ação alegando inconstitucionalidade do critério da apuração junto ao Supremo Tribunal Federal.

Sistema de fixação do quociente é restritivo

O sistema de fixação do quociente eleitoral revelou-se claramente restritivo aos pequenos partidos. A preocupação quanto à sua alteração é antiga entre as correntes progressistas. Durante os trabalhos constituinte no período de 1987 a 1988, a bancada do Partido Comunista do Brasil apresentou a proposição de "revogar o sistema de fixação do quociente eleitoral para determinar na apuração o número de candidatos a serem eleitos por partido". Naquela ocasião, os deputados comunistas propuseram a adoção do critério dos candidatos mais votados, em ordem decrescente, independentemente da legenda partidária pela qual tenham sido registrados. No entendimento

do Partido Comunista do Brasil, "é o meio de remover a contradição presente, entre o voto-candidato e a apuração-legenda", pois no atual sistema o eleitor vota no candidato e a apuração é feita pela legenda.

Como muitas outras questões de relevância, o estabelecimento dos critérios de apuração eleitoral ficou adiado. Duas eleições proporcionais já transcorreram desde a proclamação da nova Constituição (as municipais de 1988 e as realizadas 3 de outubro). No entanto, nada ainda foi feito para mudar o sistema de fixação do quociente eleitoral. Está na hora de enfrentar o problema e acabar com as distorções geradas por ele.

"Só a unidade progressista pode se opor à direita"

A exemplo do que ocorreu em vários Estados, a eleição em Mato Grosso foi decidida a favor de caciques que dominam "currais", de onde tiraram a parte mais substancial dos seus votos. Muitos ex-prefeitos e chefes políticos locais conquistaram assim uma vaga nas Assembléias Legislativas e na Câmara Federal. Dante de Oliveira opina que isto resulta da atuação do poder econômico, que no pleito de 3 de outubro foi "brutal". Ele chega a dizer que nunca viu "uma eleição tão corrupta como esta, em que foram usados milhões e milhões de dólares na compra de votos".

O ex-prefeito de Cuiabá, maior liderança pedetista e uma das figuras-chave da articulação progressista no Estado, avaliando o resultado geral do pleito, considera que há uma tentativa das forças conservadoras consolidarem o projeto Collor de reoxigenizar o capitalismo brasileiro, com uma aparência de "modernidade", num país em que são enormes os contrastes sociais e em que imensas parcelas da população passam fome e são analfabetas. Nesse quadro, Dante de Oliveira acha "indispensável que as forças de esquerda construam uma ampla unidade para se opor a esse projeto do governo Collor".

Mas essa atuação conjunta da esquerda, ressalta Dante, não pode ser formal. "Tem de ter uma sólida unidade dentro e fora do Congresso, nas ações do dia-a-dia, pois se pode antever que os próximos 4 anos serão repletos de enormes lutas sociais".

PCdoB elege Aldo e Jamil e conclama o voto anti-Maluf

Aldo Rebelo e Jamil Murad foram eleitos deputados federal e estadual por São Paulo. Conforme o resultado final divulgado pelo Tribunal Eleitoral, no dia 19, Aldo, da direção nacional do PCdoB, obteve 29.544 votos. Jamil, da direção regional do partido, ficou com 15.155. O vereador Dênis Carvalho, que também disputou uma vaga à Assembléia Legislativa pelo PCdoB, conquistou 12.923 votos, sendo o primeiro suplente da coligação União Democrática Popular.

A morosidade das apurações em São Paulo foi sensível e só no fechamento desta edição foi possível conhecer os resultados definitivos. O PCdoB garantiu a eleição de Aldo Rebelo como deputado federal e Jamil Murad como deputado estadual. Aldo foi o 8º colocado da coligação União Democrática Popular, que fez 10 deputados federais.

Já as vagas na Assembléia Legislativa que cabem à UDP chegaram a 17. O médico Jamil, dirigente estadual do PCdoB, ficou em 13º lugar na coligação. O PCdoB ainda foi sufragado com 17.242 votos na legada partidária para a Assembléia Legislativa e 19.222 votos na legenda para a Câmara Federal.

De volta ao Congresso

"Para o nosso Partido, ao se confirmar este resultado, será muito importante a volta de um deputado comunista no Congresso Nacional por São Paulo", afirma Aldo Rebelo. "Na nossa história recente, já contamos com a presença do operário Aurélio Peres, como deputado federal do PCdoB por São Paulo. E agora estamos em vias de reconquistar essa cadeira. São Paulo é o Estado de maior contingente operário do país, e é importante que o partido do proletariado tenha um representante por este Estado na Câmara Federal. Poderemos, assim, somar a nossa voz à luta em defesa dos interesses populares e em direção ao socialismo, também nessa trincheira parlamentar".

Na Assembléia Legislativa paulista, o PCdoB já teve o deputado Benedito Cintra, eleito pela legenda do PMDB. Agora o médico e sindicalista Jamil Murad poderá ser o primeiro representante levado pela legenda do PCdoB ao parlamento estadual. "E chegamos muito perto da eleição do ve-



Jamil e Aldo, prováveis deputados estadual e federal

reador Dênis Carvalho", comenta Jamil. "É um resultado importante. São Paulo merece ter uma bancada avançada, fiel aos interesses dos proletários e representativa. E a bancada eleita pela UDP, com a participação dos comunistas do PCdoB, cumprirá esse papel". João Bosco e José Gentil, outros candidatos do PCdoB à Assembléia Legislativa, não se elegeram.

Um senador popular

Eduardo Matarazzo Suplicy, presidente da Câmara de São Paulo e membro da direção do PT, foi eleito senador, com mais de 4 milhões de votos. Candidato pela União Democrática Popular, Suplicy tem compromissos históricos com as lutas dos trabalha-

dores brasileiros e contra a corrupção e mandonismo das elites dirigentes.

Já a decisão para o governo do Estado vai para segundo turno, disputado por Maluf, do PDS e com o apoio de Collor, e Fleury, do PMDB. Diante deste quadro, o diretório regional do PCdoB conclamou ao voto anti-Maluf.

Segundo Olival Freire, presidente do Partido em São Paulo, "votar contra Maluf significa, obrigatoriamente, eleger Fleury. Nós temos a consciência de que Maluf não é simplesmente um político de direita. Cria a ditadura militar, tem dezenas de processos e várias condenações nas costas por corrupção. Truculento, arrogante, cínico, nunca, por um momento sequer, esteve ao lado do povo. Não podemos deixar que este homem, agora aliado ao seu afillhado Collor (Maluf é padrinho de casamento dele) volte ao governo de São Paulo. Quando foi governador, nomeado pela ditadura, Maluf mandava os policiais, armados até os dentes, cercarem as assembléias operárias; soltava os cachorros contra as manifestações contra a carestia; chegou a inaugurar o cemitério de Perus, onde foram enterrados os opositores assassinados pelos militares nas sessões de tortura".

Mesmo defendendo o voto em Fleury, o dirigente comunista ressalta que o candidato do governo Quéricia "é ligado a um esquema conservador". Suas críticas ao governo Collor não constituem uma oposição consequente ao projeto do governo federal. São críticas de uma oposição conservadora, das classes dominantes, que expressam a disputa da sucessão presidencial de 94, que já se iniciou. Mas o voto em Fleury se impõe, por ser uma alternativa ao retrocesso representado por uma eventual vitória de Maluf. Cabe às forças populares e democráticas explorar as contradições entre as classes dominantes para impor uma derrota àquele que melhor expressa o projeto do governo federal no Estado."

Olival Freire ressalta que "a posição do PCdoB de votar em Fleury para derrotar Maluf não implica qualquer compromisso dos comunistas com o futuro governo ou com projetos de seu esquema político. Inclusive chamamos os companheiros da União Democrática Popular e todos os democratas de São Paulo a uma ação conjunta, independente do esquema quercista, para derrotar Maluf no segundo turno. Com isso poderíamos impedir que o forte sentimento antimalufista existente em São Paulo aparecesse como um endosso a Quéricia."

O PCdoB ainda conclama os eleitores que votaram em branco ou anularam seu voto no primeiro turno a engrossarem a votação contra Maluf, "pois é perfeitamente possível derrotar Maluf no segundo turno".



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
(Carlos Pompe)

Haroldo Lima garante reeleição

Em meio a muitas dificuldades, o Partido Comunista do Brasil comemora na Bahia, ao lado da expressiva e empolgante votação da chapa majoritária que encabeçou com Lídice da Mata disputando o governo do Estado, a reeleição do atual líder da bancada do partido na Câmara Federal, deputado Haroldo Lima, e a eleição da sindicalista Maria José Rocha, Zezé, presidente da APLB — Sindicato dos Trabalhadores em Educação, para a Assembleia Legislativa.

O sucesso da "Chapa das Mulheres", a reeleição de Haroldo Lima, o mais votado entre os candidatos de esquerda, com quase 25 mil votos, e a eleição de Zezé (também a mais votada da Frente Popular e de toda a esquerda, com 20 mil votos) se contrapõem aos lamentáveis resultados representados pela não reeleição dos dois atuais deputados estaduais do PCdoB, Luiz Nova e Vandilson Costa, 1º e 4º suplentes na Frente Popular.

Apesar da perda dos mandatos, Luiz Nova, com 10.075 votos, Vandilson Costa, com 5.803, tiveram um bom desempenho eleitoral, situando-se respectivamente no quarto e sétimo lugares na chapa de mais de 30 candidatos da Frente Popular. Resultado semelhante conseguiu Messias Gonzaga, vereador pelo PCdoB em Feira de Santana com 4.400 votos, na quinta suplência e oitava colocação.

As "Três Marias" encantaram a Bahia

Quando encaminharam, a três horas do prazo final para registro de chapas, os nomes de Lídice da Mata, Salete Silva e Bete Wagner para concorrer à eleição para o governo e o Senado na Bahia, o PCdoB, o PSB e PCB apostaram na alternativa possível para unificar o setor mais significativo da esquerda baiana, ante a decisão do PT de entrar na disputa isoladamente e do PDT de recusar a coligação proporcional e decidir-se por um apoio formal à chapa majoritária.

O resultado da eleição superou as expectativas. Lídice (com Salete na vice) foi a terceira colocada na disputa, conquistando 308.998 votos, 9,8% do total válido para o governo do Estado. Bete, com 350.218 votos, também ficou em terceiro lugar, permitindo uma avaliação positiva na difícil disputa majoritária, resumida em uma frase muito ouvida durante a campanha: "as Três Marias encantaram e conquistaram a Bahia".

O bem aproveitado apelo de mídia contido no ineditismo de uma chapa formada por três mulheres aliou-se ao prestígio e respeito dos três partidos, referenciados em candidatos com uma história de lutas e dedicação às causas populares no Estado. Lídice

surpreendeu o mundo político baiano ao conquistar o primeiro lugar em pequenos municípios, como Mairi, no sertão, e o segundo lugar, derrotando a poderosa máquina conservadora em municípios importantes como Ilhéus, na rica região do cacau, e Paulo Afonso, na Chapada Diamantina.

Lídice da Mata, pelo PCdoB, sai da eleição respaldada politicamente e credenciada a jogar importante papel na vida política baiana. Ela acha importante avaliar corretamente o prejuízo provocado pela divisão da esquerda na sucessão estadual e o conseqüente fortalecimento da direita com a vitória do ex-ministro Antonio Carlos Magalhães. E, com base nesta avaliação, consolidar a unidade já conquistada, ampliá-la junto ao PT e PDT, formando desde já um bloco forte de oposição na Bahia.



A campanha da Frente Popular empolgou a Bahia

PCdoB conquista bom desempenho no RS

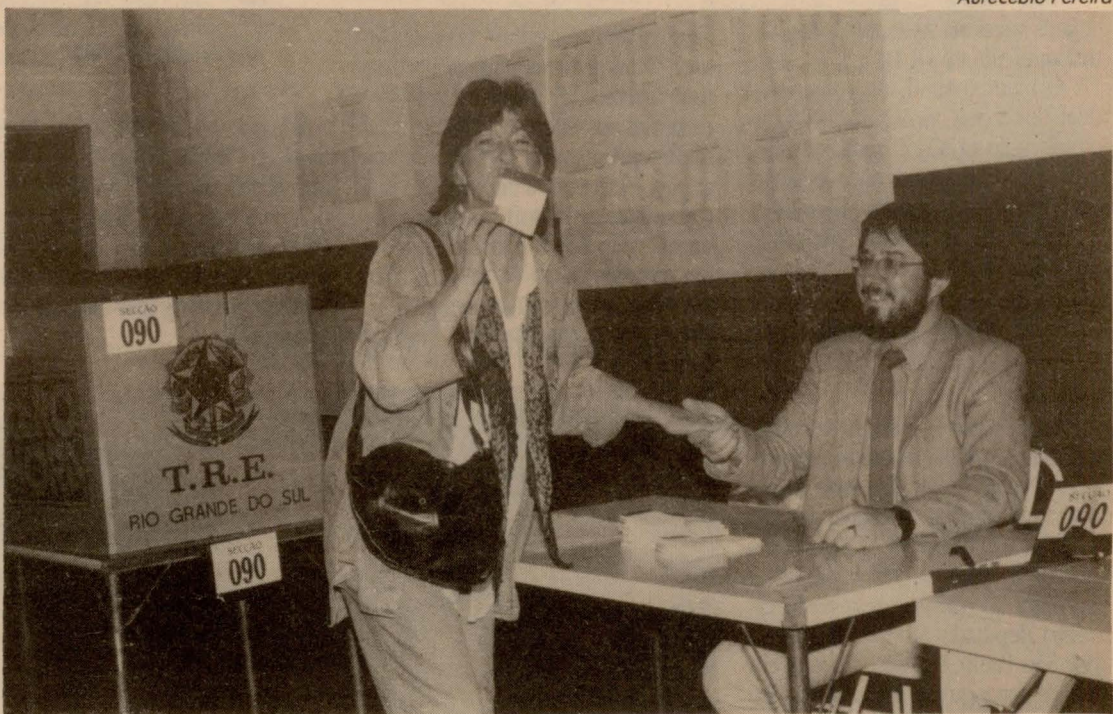
Aurecibio Pereira

O primeiro turno das eleições para governador e as eleições proporcionais no Rio Grande do Sul confirmaram o mapa eleitoral desenhado pelo Partido Comunista do Brasil. A aliança do PDT, PSDB e PCdoB derrotou a direita encabeçada por Nelson Marchezan. Jussara Cony, do PCdoB, foi a segunda candidata a deputada estadual mais votada da Frente Progressista Gaúcha e a quarta mais votada no Estado. Edson Silva, candidato do PCdoB a deputado federal, fez expressiva votação, disputando palmo a palmo uma vaga com atuais parlamentares do PSDB.

Mas, a geografia eleitoral deste ano foi circundada por um imenso mar de votos brancos e nulos. Este tipo de manifestação foi cultivado com especial apreço pela mídia.

O presidente regional do PCdoB, Edson Silva, afirmou que esse resultado, no qual, por exemplo, apenas 57,4% dos votos nas eleições proporcionais foram aproveitados, aumenta a responsabilidade das forças progressistas no segundo turno. As causas do fenômeno merecem um estudo mais detalhado. Os meios de comunicação investiram muito dinheiro para propagandear a imagem do político "marajá", ineficiente e corrupto.

A deputada estadual eleita do PCdoB, Jussara Cony, afirmou que na campanha do segundo turno a Frente Progressista Gaúcha e seus



Jussara Cony colocará seu mandato a serviço da luta pela liberdade e soberania nacional

possíveis aliados terão condições de atrair esse eleitorado. "Esse campo é nosso e é muito fértil, porque aí está o inconformismo e a revolta do povo", explicou Jussara.

PCdoB avançou

O PCdoB conquistou uma vitória. Além de ter participado com destaque da campanha da Frente Progressista, que colocou Alceu Collares em primeiro lugar, seus candidatos alcançaram expressiva votação. Jussara Cony foi eleita com 32 mil votos e Edison Silva

obteve mais de 18 mil votos. Além disso, mais de cinco mil votos foram computados na legenda do PCdoB.

Edson afirmou que esses números apontam o crescimento do Partido e isso ocorreu porque os candidatos do PCdoB se distinguiram dos demais. As denúncias contra o governo Collor e os males que vem causando ao país, feitas durante toda a campanha, repercutiram fundo no eleitorado. Segundo turno

agora uma das principais batalhas do segundo turno. É um dos Estados onde é mais nítida a polarização entre o governo Collor e seus opositores. Inevitavelmente este cenário de polarização política se expressará numa disputa acirrada. Por isso, as forças progressistas devem unir o mais amplo leque de forças e fazer uma campanha de massas, a fim de derrotar Collor. O resultado das eleições no Rio Grande do Sul terá forte impacto no quadro nacional. (Adriana Morell)

Haroldo Lima propõe:

Esquerda Unida e pressão popular para vencer Collor

Entrevista a Antonio Martins

Reeleito para o terceiro mandato consecutivo, o líder do PCdoB na Câmara analisa o resultado do pleito na Bahia; fala sobre a composição do novo Congresso e opina sobre os caminhos para enfrentar e vencer a ofensiva conservadora comandada pelo Planalto.

Mais de 24 mil votos fizeram de Haroldo Lima o deputado mais votado da coligação "Bahia Popular", e garantiram sua recondução à Câmara Federal. No último dia 12, em S. Paulo, o deputado baiano falou à Classe sobre as eleições e a nova conjuntura política que elas inauguram.

Classe: Como você vê o quadro de forças do novo Congresso, que fará a revisão constitucional?

Haroldo: É preciso dizer que não há ainda condições para uma análise definitiva, pois em muitos Estados as totalizações de votos ainda estão se processando. Mas algumas tendências começam a se esboçar.

Há um claro aumento das bancadas de esquerda, já reconhecido inclusive pela imprensa conservadora. Considerando que o pleito ocorreu poucos meses após a posse do novo presidente, isso demonstra que continuamos em condições reais de influir ativamente na vida política do país. Contudo, seria errado enxergar apenas este aspecto do problema.

E isso porque tudo indica que haverá também um crescimento das forças de direita. Há sinais de que bancadas como a do PMDB terão desta vez um perfil muito mais conservador do que têm na atual legislatura. Além disso, há uma nítida tendência ao rebaixamento do próprio nível político destas bancadas. Em quase todos os Estados, deputados que mantinham uma postura de negociação no Congresso, e que eram sensíveis a certos anseios de suas bases eleitorais estão sendo substituídos por representantes mais diretos do poder econômico. Este fenômeno resulta numa dificuldade adicional. É possível que diminua muito, tanto em número quanto em influência, a chamada bancada de centro, que em diversas ocasiões era sensível ao nosso convencimento e acabava votando com a esquerda no Congresso.

A conclusão a que se chega é nítida e dela ninguém pode escapar. As forças populares precisam rever sua atuação no Congresso, no sentido de recorrer com frequência muito maior à pressão direta das massas junto ao

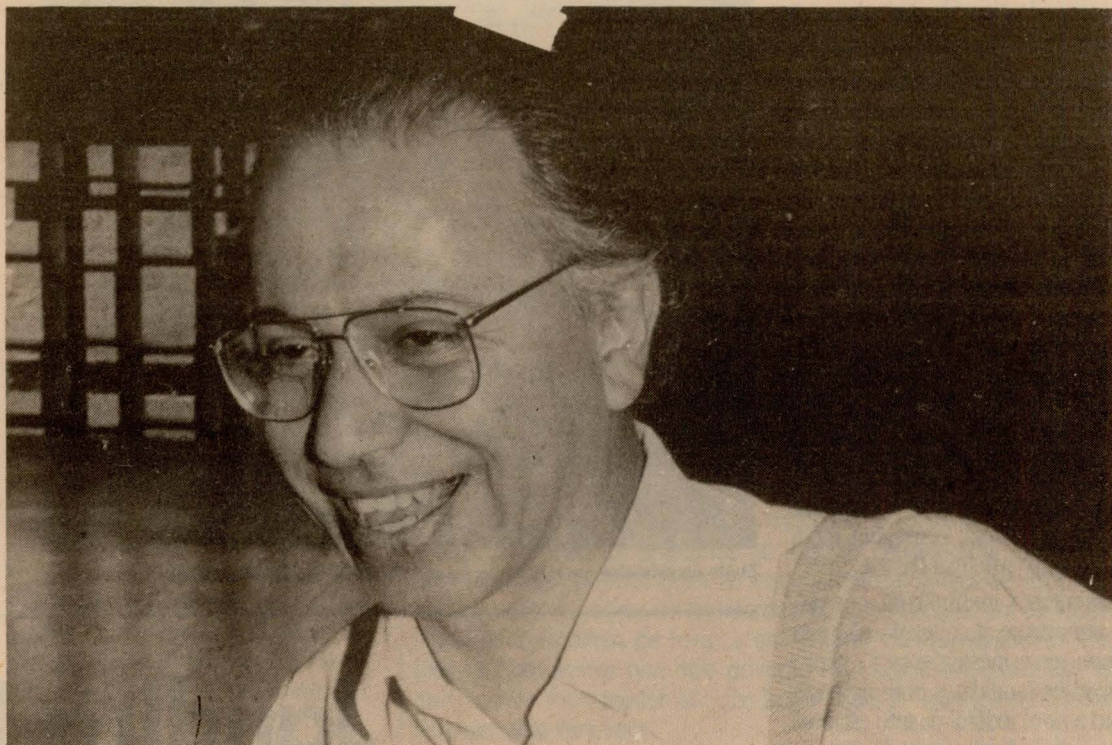
Parlamento. Num Congresso marcado pela polarização política, como tudo indica que será o próximo, esta vai se tornar a única saída para vencer os projetos do Palácio do Planalto. Felizmente, o aumento das bancadas da esquerda demonstra que aumentamos nossa influência junto ao povo, e que colocá-lo em movimento é, portanto, perfeitamente possível. Basta ter vontade política para tanto.

Gostaria de chamar a atenção para o fato de termos, nos próximos quatro anos, pelo menos três batalhas políticas de enorme envergadura: a revisão constitucional que o Congresso fará em 93, o plebiscito para definir a mudança ou não para o parlamentarismo e, se este for aprovado, a constituição de um novo governo escolhido pelo Congresso. Penso que precisamos iniciar a próxima legislatura conscientes também da lição que foi possível extrair dos trabalhos da Constituinte. É preciso constituir uma sólida unidade progressista no Congresso, para derrotar a direita.

Classe: O Palácio do Planalto já iniciou a articulação de uma manobra para eleger à presidência da Câmara, em março, um deputado da confiança do governo. Qual o sentido deste esforço?

Haroldo: Isso demonstra mais uma vez a intensidade da ofensiva conservadora. A correlação de forças inviabiliza a eleição de um deputado progressista ao cargo, mas penso que é possível articular um movimento mais amplo, para que saia vencedor da disputa alguém capaz de preservar a qualquer custo a independência do Legislativo.

O presidente da Câmara precisa ser um indivíduo que tenha por característica a independência política, a capacidade de rechaçar qualquer pressão do Executivo. Veja por exemplo o caso da profusão de medidas provisórias editadas pelo governo nos últimos meses, algumas com evidente caráter inconstitucional. Em quase todos os casos faltou uma ação clara da mesa da Câmara. Era fundamental que o próprio presidente da instituição, com o peso do cargo que exerce, representasse junto ao Supremo Tribunal reivindicando a declaração da inconstitucionalidade. Por isso, penso que em torno da defesa da independência do Legislativo poderemos articular em março um movimento amplo, que derrote o esforço que o Planalto realiza para levar à presidência da Câmara um indivíduo com as características de *capacho*.



Haroldo: A esquerda continua capaz de influir na cena política, e precisa agora mobilizar o povo

Classe: Você obteve a reeleição em um cenário difícil, onde duas candidaturas de direita polarizaram o pleito. Fale sobre este quadro.

Haroldo: Não apenas na Bahia, mas em todo o país o quadro geral das eleições majoritárias foi caracterizado por dificuldades para as forças progressistas. Além da ofensiva conservadora do Planalto, houve uma forte articulação da oposição conservadora a Collor.

Nesse cenário, obteve avanços o setor das forças progressistas caracterizado por fazer uma oposição firme ao governo, e por ter por trás de si uma estrutura partidária sólida, montada em bases ideológicas. Minha eleição é, portanto, uma vitória da militância do PCdoB baiano. Minha candidatura foi caracterizada por uma posição de esquerda nítida, que se opunha resolutamente a Collor, a Antonio Carlos Magalhães e ao governador Nilo Coelho. Denunciamos o projeto reacionário que o Planalto pretende impor ao país, e obtivemos respaldo popular por isso.

Numa análise geral é possível dizer que a direita, evidentemente, obteve sucesso, por ter elegido o governador. Os setores de centro-esquerda saíram derrotados. E a esquerda caracterizada como tal registrou avanços, lançando uma chapa que obteve votação expressiva. Esta vitória, con-

tudo, poderia ter sido muito mais ampla. Se fosse reeditada a frente que se articulou em torno da candidatura de Lula no segundo turno — e que na Bahia deveria incluir PCdoB, PT, PDT, PSB e PCB — certamente passa-

ríamos ao segundo turno. Penso que haveria inclusive possibilidades concretas de eleger o governador.

Classe: Dentro deste quadro, que papel desempenharam as candidaturas da Frente Popular?

Haroldo: A Frente que foi formada pelo PCdoB, PSB e PCB e lançou a chamada "Chapa das mulheres" obteve um resultado que só pode ser caracterizado como uma vitória das forças progressistas. Lídice da Mata, a candidata a governadora, obteve 309 mil votos — 6,5% do total e 9,5% dos votos válidos. É preciso observar ainda que isto se deu num Estado onde boa parte dos sufrágios vem dos chamados "grotões" eleitorais, monopolizados pela direita, e onde os votos da capital somam apenas cerca de 25% do total. Se considerado apenas o resultado de Salvador, veremos que a candidatura beirou os 15% do eleitorado.

A avaliação unânime das forças políticas na Bahia é de que foi um resultado surpreendente, mas desde o início nós sabíamos que a chapa iria polarizar os votos da população descontente e radicalizada. E a campanha majoritária da Frente Popular impulsionar a votação dos deputados

embora, como sempre ocorre na política, não tenha havido transferência integral de votos.

Classe: Após esta vitória, que perspectivas se abrem para as forças populares na Bahia?

Haroldo: A Frente Popular é a responsável pelo surgimento de uma conjuntura nova, em que a esquerda lança pela primeira vez uma candidatura própria e obtém resultado expressivo nas urnas.

No entanto, nós do PCdoB achamos que é preciso dar novos passos. A Frente não é ainda tão ampla o necessário para fazer frente às grandes tarefas políticas que temos diante de nós. É preciso incorporar a ela o PT e o PDT. Embora tenha perdido terreno, devido à postura míope e estreita que adotou na eleição para governador — o candidato Sérgio Gabrielli obteve apenas 2,4% do total de votos —, o PT demonstrou que tem força entre o povo, e elegeu dois deputados federais e três estaduais. Já o PDT teve em Waldir Pires o deputado mais votado da Bahia, com cerca de 160 mil votos. Ressalte-se que Waldir destacou-se, durante toda a campanha, por adotar uma posição firme, de combate resolutivo a Collor e caráter nitidamente de esquerda.

Portanto, nós opinamos pela imediata ampliação da Frente, para transformá-la num instrumento político ainda mais amplo, capaz de mobilizar a população em torno de uma ação aberta a Antonio Carlos Magalhães e a Collor.

Brizola consolida liderança

O resultado das eleições de 3 de outubro último, no Rio de Janeiro, confirmou as previsões de vitória da Coligação Povo Unido (PDT, PCdoB, PV e PCB). Com quase 60% dos votos, foi eleito Leonel Brizola para o governo do Estado, além de Darcy Ribeiro para o Senado.

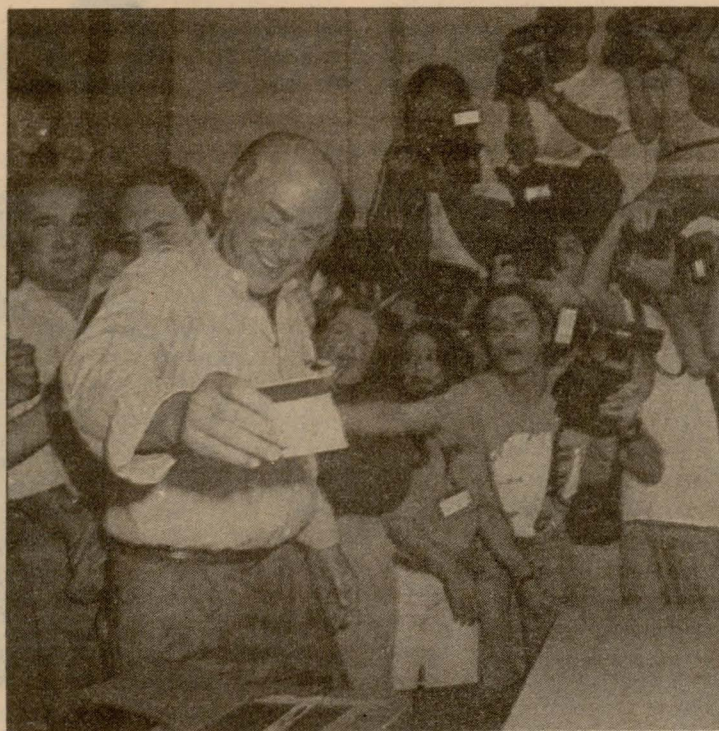
A consagração de Brizola nas urnas coloca-o numa posição destacada na luta popular contra o governo Collor e o seu plano entreguista. Foi esse sentimento generalizado do povo fluminense que garantiu em todos os instantes da campanha a estabilidade da candidatura de Brizola, assim como a sua expressiva votação.

Nem mesmo a reorientação do eleitorado conservador, que no dia do pleito despejou parte de seus votos no candidato do PT, Jorge Bittar, como tentativa de impedir (ou adiar para o segundo turno) a previsível vitória de Brizola, conseguiu modificar o resultado final das eleições.

No entanto, mesmo com uma vitória importante, a coligação não conseguiu ter a mesma votação para a chapa dos candidatos proporcionais, tanto a nível federal quanto estadual. A bancada federal conseguiu 40% das vagas e a estadual conquistou apenas 30 por cento das vagas existentes. Ou seja, até o fechamento desta edição (O TRE/RJ ainda não havia concluído a totalização dos votos), a Coligação Povo Unido estava com 20 vagas garantidas para a Câmara Federal e disputava mais uma ou duas vagas, dependendo do quociente eleitoral (o total são 46 vagas). Para a Assembléia Legislativa, de um total de 70 cadeiras, estavam garantidas apenas 20 vagas, havendo a possibilidade de ocorrer algum acréscimo, dependendo da totalização final dos votos.

A indefinição dos eleitores quanto à escolha de candidatos a deputado federal e estadual, a nível nacional já identificada antes das eleições, a qual chegava a quase 70%, manteve-se, no Rio de Janeiro, o que prejudicou, de certa maneira, os candidatos progressistas. Além disso, observou-se a ocorrência do chamado voto "salada de frutas", proporcionado por muitos candidatos de partidos que não integravam a aliança de esquerda e que pegaram carona na avalanche de votos de Brizola.

Candidatos do PMDB, PDC, PFL, PTB, PL e PSDB e até mesmo do PT e do PSB distribuíram propaganda de suas candidaturas apoiando Brizola por todo o Estado, o que contribuiu para confundir os eleitores. Aliado a isso, muitos desses partidos apresentaram candidatos que já haviam sido prefeitos, ex-deputados federais e, quando não o eram, estavam sendo bancados por prefeitos de cidades



Eleito no primeiro turno, Brizola é peça-chave na oposição a Collor

importantes do interior, como Campos, Itaperuna, São Gonçalo e São João do Meriti, que elegeram para a Câmara Federal e Assembléia Legislativa ilustres desconhecidos da política estadual. Para a Assembléia, a coligação teve o agravante de não possuir no PDT ou qualquer um dos demais partidos puxadores de votos capazes de garantir uma bancada maior.

O resultado eleitoral do Rio de Janeiro, apesar de registrar uma vitória parcial das forças populares e progressistas, identifica também uma retomada (igualmente parcial) de posições perdidas pela direita nos últimos tempos. Percebe-se esse fato ao se analisar a conquista de duas cadeiras na Câmara Federal pelo PDS, com Amaral Netto e Roberto Campos, o primeiro com uma votação expressiva e o segundo um "para-queda" (seu domicílio eleitoral era o Mato Grosso), fiel servidor da ditadura militar; além do acréscimo das bancadas do PTB e do PFL e da eleição de uma

bancada do PMDB composta por políticos de tendência de centro-direita.

O governador eleito, então, terá pela frente um sério desafio contra a direita, principalmente, ficando para o PT, que elegeu seis parlamentares para a Assembléia Legislativa, um papel de incógnita. O PCdoB registrou uma votação geral de mais de 45 mil votos, proporcionando a eleição de Jandira Feghali, atual deputada estadual que, agora, exercerá o mandato na Câmara Federal. Esse resultado significou uma vitória, mas também uma perda substancial para o partido, que deixou de reeleger o deputado federal Edmilson Valentim e ficou sem representantes na Assembléia Legislativa do Estado. A Direção Regional do PCdoB se reúne neste fim de semana para avaliar o desempenho do partido nas eleições, face aos fatores favoráveis existentes no pleito e que poderiam ter dado uma vitória maior aos comunistas fluminenses. (Carlos Henrique Vasconcelos)

Jandira Feghali comenta a eleição

Jandira Feghali, eleita para a Assembléia Legislativa do Rio pelo PCdoB em 1986, foi agora conduzida pelos eleitores à Câmara Federal. Em 12/10 ela concedeu à Classe a seguinte entrevista sobre o pleito:

Classe: Ao contrário do que ocorreu em quase todo o país, no Rio os dois candidatos mais votados para governador são de esquerda. Qual a causa disso?

Jandira: Em primeiro lugar o eleitorado fluminense manteve historicamente uma posição mais progressista. Mesmo nos piores tempos da ditadura, a Arena tinha dificuldades no Rio. Além disso, o Estado foi particularmente atingido pelo plano Collor. Ele concentra a maior parte da administração das estatais mais importantes, que estão sendo especialmente visadas. Além disso, funciona lá a sede dos principais órgãos da Previdência, outra vítima do plano. E o Rio mantém, por fim, uma produção cultural relevante, que sofreu duramente com as medidas do governo. Tudo isso ajudou a tornar claro para o povo o caráter retrógrado e antipopular da administração Collor. Não seria correto, contudo, avaliar o resultado sem pensar a popularidade do candidato Leonel Brizola. Nessa eleição ele somou a ela uma postura política ampla, o

que certamente concorreu para sua votação maciça.

Classe: Como você vê o desempenho do PCdoB?

Jandira: Nosso objetivo inicial era eleger dois deputados federais e dois estaduais. Elegemos apenas um federal. A Comissão Executiva do Comitê Regional fará no próximo fim de semana uma análise mais detalhada de nossa atuação. É preciso ressaltar, porém, que foi uma eleição disputadíssima, em que muitos deputados que vinham de reeleições seguidas não conseguiram manter o mandato. Cito, entre outros, Marcelo Cerqueira, Hélio Cordeiro, ex-superintendente do Inamps, Márcio Braga, Lysâneas Maciel e Carlos Alberto Caó. Acho também que é preciso considerar não apenas o resultado propriamente eleitoral, mas ao lado disso certos êxitos políticos. A campanha teve a adesão e conseguiu incorporar na prática inúmeros ativistas independentes, em grau inclusive maior que o verificado em 86. Além disso, conseguimos penetrar em redutos onde antes não chegávamos.

Classe: Qual a sua opinião sobre o elevadíssimo número de votos brancos e nulos?

Jandira: Eles estão sendo usados pela direita como peça de uma análise que procura alardear a "falência"



"O povo do Rio votou contra o caráter retrógrado do governo Collor".

da política. Acho, entretanto, que refletem muito mais um desencanto de parcelas enormes da população mais pobre com o governo Collor, que assumiu prometer o ser salvador dos descamisados. Nessa eleição ele perdeu boa parte destes votos, o que não deixa de ser positivo. O que nós, da

esquerda, precisamos analisar são os motivos que nos impediram de capitalizar o descontentamento de amplas massas. Ao contrário do que ocorreu com a candidatura de Arlene Brasil em 89, dessa vez não nos apresentamos, a nível nacional, como alternativa concreta para elas.

Esmagadora vitória do PCdoB no Pará

Um dos maiores fenômenos das eleições de 3 de outubro ocorreu no Pará. Com mais de 50 mil votos, 70% dos quais na Grande Belém, a vereadora Socorro Gomes disparou na preferência popular e elegeu-se como a mais votada no Estado para deputada federal pela legenda do PCdoB, deixando para trás diversos candidatos da direita que possuem seus currículos eleitorais definidos.

Apesar das dificuldades financeiras do PCdoB, do grande influência do poder econômico em favor das candidaturas conservadoras, do escasso tempo no horário gratuito no rádio e na TV, os comunistas saíram do embate das urnas vitoriosos. Contando com uma militância aguerrida, fizeram uma campanha dirigida para as principais categorias de trabalhadores. Centenas de portas de fábricas foram visitadas, principalmente as ligadas à produção de alimentos e à indústria têxtil. Inúmeros foram os canteiros de obras da construção civil que pelas manhãs recebiam os candidatos do PCdoB, onde os operários declaravam seu voto e vinham participar dos comitês de apoio. A juventude destacou-se em várias ações nas escolas e nas ruas. Nos bairros populares, nas feiras-livres, nas praias e no centro do comércio foi grande a movimentação popular, o que garantiu esmagadora vitória da candidata comunista. Em entrevista à *Classe*, Socorro Gomes conta como foi sua campanha.

Classe — Como você avalia a importância da sua eleição para o Partido e o desenvolvimento das lutas populares?

Socorro — Em primeiro lugar, esta vitória demonstra a vontade do povo por mudanças. Nós percebemos que enquanto o PCdoB teve a maior votação para a Câmara Federal, uma série de candidatos, ainda que gastando rios de dinheiro, não conseguiram apoio popular. Mostraram que não tinham nenhum compromisso com as lutas pela reforma agrária, por democracia pela soberania nacional e pelos direitos dos trabalhadores. Acho que nossa votação foi uma resposta a isso, o povo se identificou nas propostas do Partido.

Classe — Qual foi o principal destaque de sua campanha em termos de bandeiras políticas?

Socorro — Defendemos com muito afinco a bandeira da reforma agrária, problema muito sentido em nosso estado. O Pará é um estado praticamente conflagrado no campo, onde repetem-se assassinatos de trabalhadores rurais e suas lideranças sindicais e políticas. O latifúndio e o crime organizado da UDR desfrutam de impunidade. Além disso, fomos firmes no combate ao governo Collor, cuja política é lesiva aos trabalhadores e aos interesses nacionais. Mostramos ao povo que se trata de um governo que visa destruir as conquistas dos trabalhadores, inclusive direitos democráticos e sociais assegurados na Constituição.

Classe — Mas você teve uma campanha muito voltada também para o eleitorado feminino.

Socorro — É. Deixamos muito clara nossa posição contrária à discriminação que as mulheres sofreu. Discutimos muito a necessidade de assegurarmos os direitos que já estão na lei, conquistarmos na prática novos direitos e elevar o nível de participação das mulheres na luta política. Elas se mostraram sensíveis ao nosso discurso e apoiaram em massa a nossa candidatura.

Classe — Que papel desempenhou a militância do PCdoB na campanha?

Socorro — Sem dúvida nenhuma, foi o fator determinante. Não teríamos saído vitoriosos sem essa militância combativa, que "vestiu a camisa" e entendeu a importância de o Partido ter um representante no Congresso pelo estado do Pará. Foi a militância do Partido que levou nossa candidatura para o povo.

Classe — Qual a sua avaliação sobre a Frente Popular Novo Pará?

Socorro — Esta campanha nos deixou muitos ensinamentos. Ela veio

comprovar que a posição do PCdoB de formar a Frente Popular estava corretíssima. Porque a única saída para os combates, não só o eleitoral, mas outros que virão, é a unidade popular, a união das forças progressistas. No Pará, inicialmente, alguns partidos argumentavam que trabalhar com os comunistas não rendia votos. Era uma atitude preconceituosa. Nós travamos a luta e conseguimos viabilizar a Frente, que embora não tendo saído vitoriosa na eleição majoritária, conseguiu eleger quatro deputados federais e oito estaduais, o que não deixa de ser um êxito. (Érico Albuquerque, da sucursal)



Socorro Gomes foi a mais votada defendendo a reforma agrária

Denise eleita em Goiás

O resultado positivo do PCdoB na disputa eleitoral em Goiás é a eleição de Denise Carvalho à Assembleia Legislativa. Denise dobrou seus votos em relação à eleição para vereadora, em 1988, quando foi a segunda mais votada em Goiânia. Desta vez foi a mais votada da capital. Dos 14.340 votos recebidos por Denise, cerca de 12 mil vieram de Goiânia. Ela é a primeira mulher comunista a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa de Goiás, e é a primeira representante do Partido Comunista do Brasil no Estado desde 1947.

A campanha e o resultado das urnas serviram para revelar algumas debilidades do Partido em Goiás, que já começam a ser debatidas e analisadas em profundidade. A baixa votação obtida no interior, inclusive em Anápolis, segundo maior colégio eleitoral do Estado, deveu-se, em grande parte, ao fato de o Partido estar organizado em poucos municípios. A militância comunista engajou-se de corpo e coração na campanha eleitoral, mostrando-se aguerrida e combativa, mas ficou claro que seu número ainda é pequeno frente às necessidades da batalha.

Indignação, esta tem sido a reação das pessoas, dos setores organizados da sociedade goiana frente à não eleição de Aldo Arantes. A indignação e mesmo uma certa incredulidade nos resultados, apontam para a Justiça Eleitoral, os candidatos endinheirados e os que foram responsáveis pela divisão do campo popular.

A par das avaliações, o PCdoB já

planeja atividades e a deflagração de uma campanha de filiação e expansão de fileiras, o que demonstrou ser fun-

damental na continuidade da luta e na sorte das futuras batalhas.

(Itamar Pires — correspondente)

Itamar Pires



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Denise é a primeira mulher comunista a ocupar uma cadeira na Assembleia de GO.

Acre tem deputado comunista

No Acre, a Frente Popular, formada pela coligação de cinco partidos (PT, PDT, PCdoB, PCB e PV), conseguiu levar ao segundo turno o candidato ao governo, Jorge Viana, e elegeu três deputados estaduais: Maria Osmarina (Marina), do PT, Sérgio Taboada, dirigente do Partido Comunista do Brasil, e Nilson Mourão, também do Partido dos Trabalhadores. O PCdoB teve também o candidato a deputado federal

mais votado dessa coligação, Marcos Afonso, que, no entanto, não conseguiu se eleger.

É a primeira vez que um comunista é eleito para deputado estadual pela legenda PCdoB no Acre. Para o sindicalista Sérgio Taboada, a sua eleição "é um fato inédito na política acreana. As pessoas que nos encontram nas ruas percebem isso muito bem, afirmando que agora a Assem-

bléia Legislativa do Acre terá um comunista, lutando pelos direitos dos trabalhadores e pela moralização da máquina pública."

Desde o lançamento da Frente Popular do Acre, o PCdoB acreditava na possibilidade de levar Jorge Viana ao segundo turno e de eleger uma boa bancada de deputados estaduais. Atualmente a direção regional do Partido Comunista do Brasil no Acre analisa como fundamental para a vitória de Jorge Viana a unidade dos partidos de esquerda, que conseguiu até mesmo derrotar a tradicional campanha anti-comunista.

O único fator que entristeceu a Frente Popular do Acre nestas eleições foi a não reeleição do senador Mário Maia, que teve uma atuação brilhante na Constituinte, votando sempre ao lado dos trabalhadores. Sua derrota foi considerada uma perda política para os acreanos.

2º turno

O candidato ao governo, Jorge Viana, da Frente Popular do Acre, vai enfrentar o segundo turno após ter obtido nas urnas o total de 34.868 votos contra o candidato do PDS, Edmundo Pinto, que obteve a primeira colocação com 35.228 votos, com uma diferença de apenas 360 votos.



Sérgio Taboada: um fato inédito na política acreana

No agradecimento que fez à população do Acre, Jorge Viana afirmou que no segundo turno "o povo do Acre terá a oportunidade, talvez única, de renovar, mudar, construir uma maneira nova de fazer política, de administrar o Estado, de desenvolver a economia, de resolver os problemas sociais".

E para tanto esta será a semana que dará

início à discussão em torno da política de alianças para o segundo turno. O PCdoB, através de integrantes de sua direção regional no Acre, defende que tal política se dê através de ligações com setores democráticos e progressistas, visando não somente ganhar as eleições, mas igualmente dar sustentação política ao provável governo de Jorge Viana. (da sucursal).

Campanhas criativas

As campanhas de Sérgio Taboada a deputado estadual e Marcos Afonso para federal, desencadeadas pelo Partido Comunista do Brasil, foram as que menos estrutura material e financeira tiveram, mesmo dentro da Frente Popular do Acre.

Os candidatos não contaram com carros à sua disposição, nem cartazes de campanha, muito menos dinheiro. O material que utilizaram foi alguns adesivos e "santinhos", feitos graças à colaboração de camaradas e simpatizantes das candidaturas.

Isso, entretanto, não impediu que suas campanhas fossem das mais criativas e participativas, no campo

das eleições para candidatos proporcionais já realizadas no Acre. A militância mostrou a cara, foi para os bairros de ônibus, pintou de vermelho com suas bandeiras os comícios e brigou na boca de urna por cada voto.

Se eram poucos os textos utilizados na campanha, bem como os adesivos, em contrapartida foram irreverentes e o resultado foi a eleição de Taboada e a expressiva votação alcançada por Marcos Afonso nas urnas, que quase o levou à Câmara Federal.

Pouco dinheiro mas muita garra, foi o que permitiu ao PCdoB o bom desempenho eleitoral no Acre.

Arruda, a novidade no Ceará

O pleito no Ceará apresentou este ano uma grande e boa novidade em relação à Assembléia Legislativa do Estado, que foi a eleição de Inácio Arruda, do PCdoB, da Frente Ceará Popular, com 16.764 votos, o primeiro colocado na coligação. Na capital, ele foi o deputado mais votado entre todos os partidos concorrentes, ultrapassando 14 mil sufrágios.

Como previam as últimas estimativas, as eleições para o governo deram a vitória, já no primeiro turno, ao candidato da coligação PSDB/PDT, Ciro Gomes, com 44,18% dos votos. O candidato da Frente Popular (PT-PCdoB-PSB-PCB), João Alfredo, conseguiu 185.482 votos, 7,87% do total. Para a Câmara Federal, a Frente elegeu dois candidatos, Maria Luíza e Ariosto Holanda, ambos do PSB. Com 15.177 votos, Gilse Avelar, do PCdoB, em quarto lugar, ficou na segunda suplência.

Campanha descentralizada

Inácio Arruda atribui seu bom desempenho "à participação aguerrida dos militantes, mais de 300 na capital, durante a campanha". Segundo suas informações, "o PCdoB fez uma coisa nova nessas eleições, participando de forma descentralizada, com as zonais elevando sua organização e militância muito ativa".

"Conseguimos bons êxitos com a ampliação da participação dos militantes, destacadamente dos sindicalistas e dos secundaristas, que se engajaram com muita força", observa. Enfatizou, ainda, que "a participação de artistas populares foi de extre-



Inácio Arruda: participação ativa da militância na campanha

ma importância para a conquista dos votos".

Conforme Inácio Arruda, nada menos de "50 artistas, entre poetas, músicos, emboladores, atores e diretores de teatro entraram firme na campanha comunista. Fizemos shows de lambada e outras atividades, dando um tom bem alegre e descontraído à campanha".

Contou, igualmente, que o "anticomunismo, embora muito utilizado, inclusive

pelo governador eleito, Ciro Gomes, e diretamente contra o PCdoB, não deu resultado, sendo superado pela firmeza da nossa campanha. Ciro Gomes chegou a dizer que o Partido representava um pensamento atrasado e não conseguiria boa votação na capital. Entretanto, fomos o primeiro colocado, o preferido pelos eleitores de Fortaleza entre os candidatos à Assembléia Legislativa. E podemos sentir que as massas ficaram e estão eufóricas com a nossa eleição."

Simão retoma o posto do PCdoB na AL da Paraíba

O Partido Comunista do Brasil elegeu pela primeira vez um deputado para a Assembléia Legislativa da Paraíba em 1947: o advogado e jornalista João Santa Cruz. Seu curto, mas dinâmico, mandato impressionou a sociedade paraibana da época, pela seriedade e a coragem com que combatia as oligarquias dominantes numa assembléia tão conservadora.

Agora o proletariado paraibano volta a ocupar uma cadeira na assembléia, com a eleição do sindicalista e presidente regional do PCdoB Simão Almeida. Com certeza, os trabalhadores e o povo contarão com um parlamentar capacitado e de luta, que saberá ligar a luta no parlamento com as lutas do povo nas ruas.

Assembléia reacionária

Tal como na época de Santa Cruz, Simão terá pela frente uma Assembléia Legislativa de feição reacionária, cheia de representantes das velhas e novas oligarquias. Eleito o mais votado da Frente Paraíba Popular, Simão formará com o professor Ciro de Aguiar, do PT, a bancada de esquerda, fato que tem sido saudado pelos setores progres-

sistas e causado repercussão nos meios políticos e na imprensa local.

O fato é que a eleição de uma bancada de esquerda, principalmente contando com um comunista, traz uma qualidade nova à atuação parlamentar no Estado, contribuindo para o fortalecimento das lutas populares e sindicais. Mais que isto, a atuação de um político com as características de Simão jogará importante papel para a construção de uma alternativa política democrática e popular na Paraíba.

O PCdoB sai desta campanha fortalecido. Foi o Partido que jogou papel decisivo para a formação da Frente Paraíba Popular, desenvolveu uma campanha muito criativa e marcadamente de oposição ao governo entreguista de Collor de Mello. Ao eleger Simão, o Partido dá um passo a mais no sentido de sua consolidação no Estado. Contando também com vereadores nas duas principais cidades do Estado, João Pessoa, capital, e Campina Grande, assim como de crescente influência entre a juventude e nos meios sindicais, o PCdoB amadurece com força política ligada às lutas populares e à classe operária. (da sucursal).

Aspectos favoráveis em PE

Arquivo

Alguns aspectos foram extremamente favoráveis às forças populares em Pernambuco. Primeiro, a vitória expressiva da coligação Unidade Popular para a Câmara Federal, que, através da votação consagradora do ex-governador Miguel Arraes, conseguiu eleger seis deputados, entre eles o vereador comunista Renildo Calheiros. Para a Assembleia Legislativa, a Unidade Popular elegeu quatro parlamentares progressistas, todos do PSB. Em terceiro lugar, a bancada eleita pela coligação PMDB/PCB/PSDB e PDT despontou com lideranças novas, também com atuação na área do movimento popular e democrático. São os casos do ex-prefeito do Cabo, Elias Gomes (PMDB), do ex-vereador do município de Arcoverde (Sertão), Israel Filho (PMDB), o vice-prefeito de Caruaru (Agreste), Jorge Gomes (PDT) e o vereador recifense João Braga (PSDB), entre outros. O PT pela primeira vez em dez anos de existência fez uma bancada legislativa estadual, elegendo dois parlamentares: o médico Humberto Costa e o operário metalúrgico João Paulo, as principais lideranças do partido no Estado, e que foram defensores da aliança do PT com Jarbas Vasconcelos, embora tenham sido derrotados na conven-

ção do partido. Isto implica que, a nível nacional, os seis parlamentares eleitos pela Unidade Popular fortalecerão a bancada de oposição ao presidente Fernando Collor. O próprio Arraes, em entrevista recente à imprensa, deixou esta questão muito clara, além de destacar que sua participação no Congresso Nacional será conjunta ao lado dos setores progressistas para lutar, exemplificou, "contra a concentração de terras nas mãos de uns poucos, que a Constituição não conseguiu avançar". A nível estadual, a tendência é que a oposição ao futuro governador Joaquim Francisco seja sem tréguas, trabalho que certamente será combinado com a atuação do movimento popular organizado e com a participação do candidato Jarbas Vasconcelos. Jarbas, demonstrando que não se abateu com a derrota, disse que "agora está na posição que sempre gostou de atuar; oposição a nível municipal, estadual e federal".

Por outro lado, as forças populares precisarão superar algumas dificuldades para manter a unidade. É que alguns setores da Frente Popular, principalmente os derrotados pelas urnas, permanecem na atitude desagrega-



O deputado federal, Renildo Calheiros, PCdoB-PE

adora que os caracterizou desde o início da campanha. Através de suposições, tentam responsabilizar a Unidade Popular; principalmente o ex-governador Miguel Arraes pela derrota de Jarbas.

Deputados com Egídio Ferreira Lima (PSDB), que na eleição presidencial articulou-se com o ex-governador

Roberto Magalhães (PFL), um dos maiores representantes da direita no Estado, vêm fazendo coro contra o ex-governador com um único obje-

tivo: dividir as forças populares. Foi o próprio Egídio, entre suas acusações pessoais, que declarou recentemente: "cada um deve agora procurar o seu caminho, porque a Frente Popular não existe mais". O deputado Maurílio Ferreira Lima, que durante a campanha foi preciso levar um punção de orelhas de Jarbas por suas declarações na imprensa, assina em baixo as palavras de Egídio.

Mas tudo indica que os dois ficarão isolados. Eles esperavam contar com o apoio do candidato Jarbas Vasconcelos. Este, porém, veio a público assumir a derrota e discordar das acusações pessoais contra Arraes. "O ex-governador, assim como outros companheiros, deu total contribuição à campanha da Frente Popular. Ao invés de ficarmos procurando culpados individualmente, devemos sim é aprofundar uma avaliação dos equívocos que cometemos para tirarmos lições para o futuro", afirmou Jarbas Vasconcelos.

PCdoB brasiliense elege deputado distrital

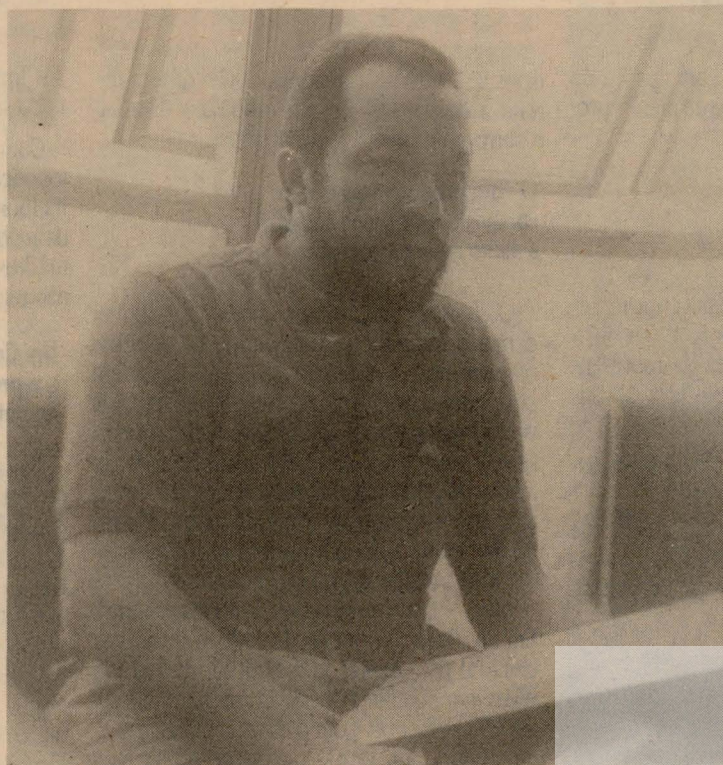
Amazonas elege um comunista para a Assembleia Legislativa

Ailton Leite

"A nossa vitória no Amazonas é fruto, sem dúvida, da coerência política e da combatividade que o nosso Partido sempre demonstrou". Assim se manifestou Eron Bezerra, a respeito de sua eleição como deputado estadual do PCdoB amazonense. Além da vitória de Eron, a Frente de Oposição Popular (FOP), que reuniu o PSDB, PSB, PCB, PT, PDT e os comunistas, elegeu dois deputados federais, Ricardo Moraes (PT) e Beth Azize (PDT), mais quatro estaduais.

João Pedro, candidato comunista a deputado federal, obteve 12 mil votos, insuficientes porém para elegê-lo. Segundo Antônio Levino, da direção regional do PCdoB, houve junto à militância "tristeza por não termos conseguido eleger João Pedro", mas houve também "alegria pela eleição de Eron, com votação expressiva".

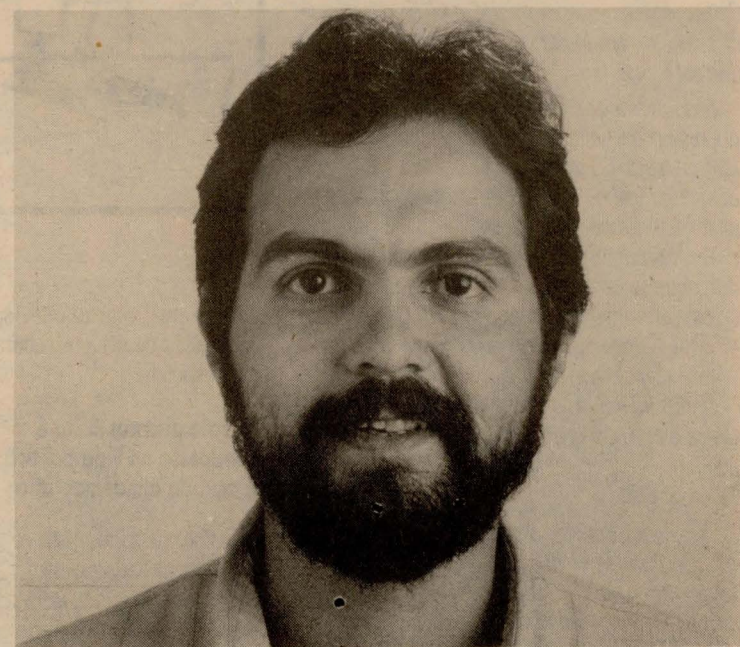
Ao analisar o desempenho de seu partido, Eron Bezerra destacou que "os militantes se envolveram com bravura e dedicação" e que "as massas entenderam nossa proposta, baseada num contundente discurso antiCollor, na defesa da



Eron Bezerra, deputado estadual

soberania nacional, e na afirmação de que mandato é para ser colocado a serviço da luta de nosso povo". O deputado ainda des-

tacou que sua votação ocorreu em toda Manaus, com relevo para o Distrito Operário, onde o Partido sai bastante fortalecido.



Agnelo Queiroz, deputado distrital PCdoB-DF

Conforme previam os comunistas brasilienses (Classe nº 52), a primeira legislatura da Assembleia Distrital de Brasília terá um deputado do PCdoB. Agnelo Queiroz, médico e sindicalista, foi eleito com um discurso marcante, extremamente anticollorido, o que lhe valeu a punição da Justiça Eleitoral, censurando o programa do Partido na televisão. É a primeira vez que o Partido lança candidato próprio, com a própria legenda, no Distrito Federal. Os deputados distritais terão pela frente a tarefa de elaborar a constituição do Distrito Federal. A presença de um comunista na

nova Assembleia significa que o Partido estará participando da cena política da cidade num momento tão importante como este que vivemos. Junto com o candidato comunista, a Frente Popular Brasília elegeu mais cinco deputados. Eles terão a missão de fiscalizar o governo de Joaquim Roriz, somados a outros deputados distritais de perfil progressista, ao todo onze. Isso significa dificuldades para Roriz aplicar a política de Collor. Para Agnelo, "teremos fortes embates sociais porque temos um movimento sindical organizado e forte, e isso será reforçado nesta luta. Vamos jogar um papel decisivo na Assembleia".

Voto Distrital Misto ou voto proporcional?

João Amazonas

O pleito de 3 de outubro apresentou como uma de suas novidades os altos índices de abstenção (em torno de 12%) e de votos nulos e brancos. Na média nacional 25% dos eleitores deixaram a cédula em branco ou anularam seu voto para governador, sendo que para o Senado os votos brancos e nulos somaram 35% e para a Câmara Federal atingiram quase a metade do eleitorado.

O fenômeno não ocorre há muito tempo e é certo que exige esforço de interpretação por parte das forças progressistas, a fim de descobrir as causas desse tipo de manifestação do eleitor. Na mídia nacional e entre lideranças conservadoras surgem vozes apressadas analisando a questão superficialmente.

Atribui-se o elevado número de votos nulos, brancos e de abstenções ao descrédito da população em face do sistema democrático e ao cansaço gerado por eleições sucessivas. Alguns, como os escribas do "Estadão" e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Sidney Sanches, chegam a colocar em dúvida a representatividade do pleito realizado. Muitos aproveitam a oportunidade para decretar a falência do voto proporcional e retomam a ofensiva, iniciada durante os trabalhos de elaboração da nova Constituição, para a reformulação do sistema eleitoral brasileiro tendo em vista a implantação do voto distrital misto.

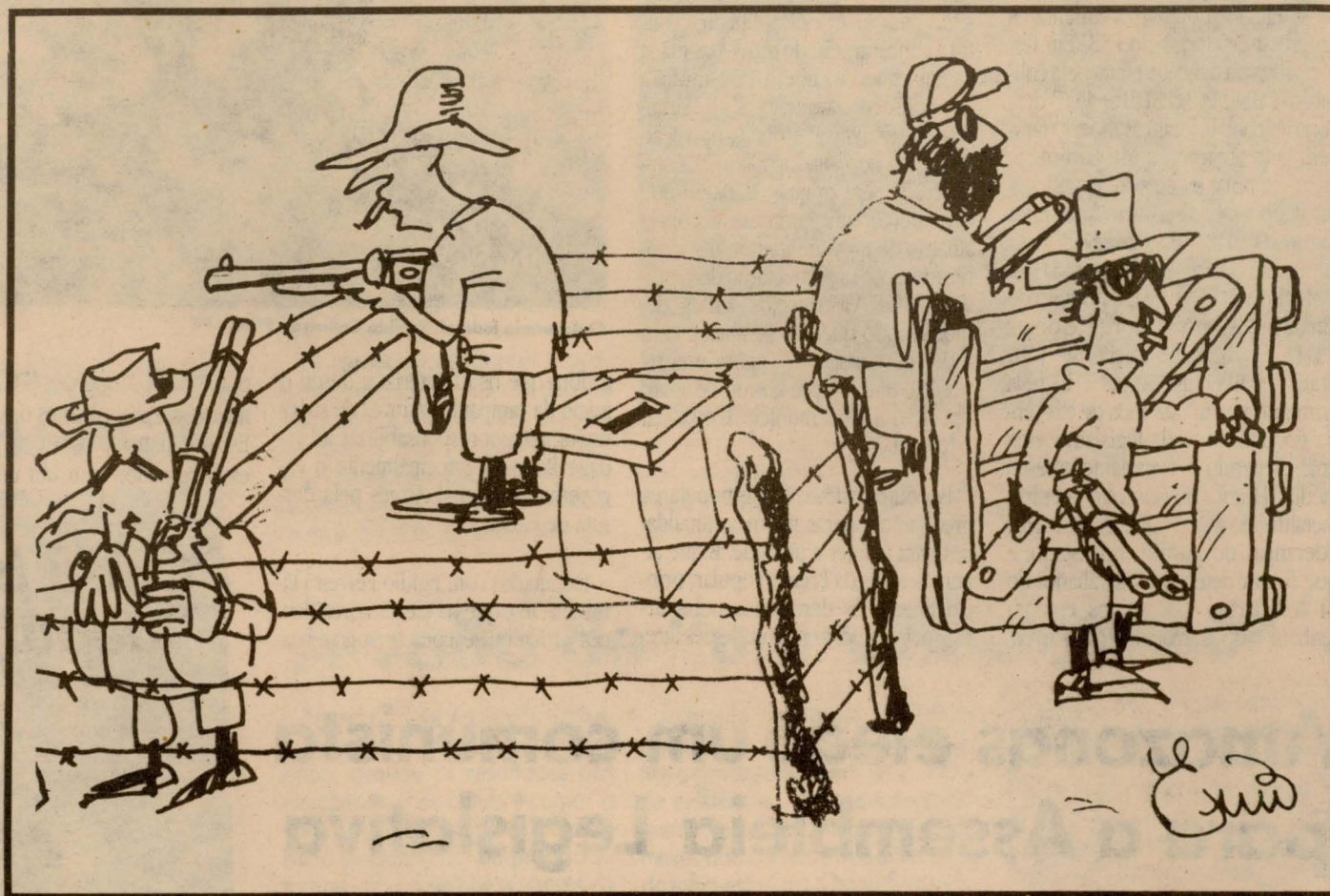
Tudo indica que a partir de agora o tema estará no centro das atenções e provocará polêmica na imprensa e no Congresso Nacional. Em 1988, o presidente nacional do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, pronunciou na Assembléia Constituinte uma palestra a respeito, definindo a posição do partido contrária ao voto distrital misto e defendendo o voto proporcional. Em face da atualidade das opiniões do dirigente comunista, republicanos agora o texto da palestra.

Outras lideranças políticas nacionais também evidenciaram o caráter anti-democrático do voto distrital, como o ex-presidente Tancredo Neves, que disse numa ocasião:

"Se algum dia vier a ser implantado o distrito, não seriam mais eleitos para o Congresso Nacional os grandes vultos que imprimem diretrizes ou que apresentam uma contribuição nova para a solução dos problemas políticos do Brasil (...). Com a área eleitoral delimitada, o governo e o poder econômico dispõem de mil e um instrumentos para tornar inelegível e impedir a eleição de um representante do povo que venha a tornar-se incômodo para os interesses do governo, como para os interesses do poder econômico nacional."

A opção entre o voto distrital misto ou o voto proporcional não é uma questão de menor importância. O assunto diz respeito à democracia representativa, ao conteúdo progressista ou conservador dos órgãos legislativos — federal e estadual.

Segundo a escolha que se faça, haverá uma Câmara de Deputados e Assembléias Legislativas democráticas, pluripartidárias, com representantes dos grandes e dos pequenos partidos, ou existirá uma Câmara e Assembléias retrógra-



das, bi ou tripartidárias, sem participação da população de poucos recursos e de menor projeção social.

O voto distrital misto é retrocesso na vida política e medida antidemocrática

O voto distrital misto representa enorme retrocesso na vida política nacional. É um duro golpe na conquista democrática da representação proporcional que vem desde a Constituição de 1934.

O que é voto distrital misto, no seu verdadeiro sentido?

É um regime eleitoral em que metade da Câmara Federal e das Assembléias Legislativas é eleita por voto majoritário e a outra metade pelo sistema proporcional.

Adotado esse sistema, os Estados serão divididos (artificialmente) em vários distritos, tantos quantos for a metade da representação federal. Em São Paulo, por exemplo, onde essa representação é de 60 deputados, haverá 30 distritos eleitorais.

Em cada distrito, no que se refere à eleição federal, os partidos políticos individualmente apresentarão um único candidato para concorrer ao pleito majoritário e uma lista de candi-

datos ao pleito proporcional. O eleitor terá direito a dois votos: um no candidato distrital e outro no candidato proporcional.

O voto proporcional é uma conquista do avanço social e muito mais democrático

O eleito do distrito será aquele que obtiver o maior número de votos entre os diversos concorrentes. Em relação aos que competirem pelo sistema proporcional, serão eleitos os mais votados dos partidos que atingirem, ou ultrapassarem, o quociente eleitoral (o número de votantes, dividido pelo número de vagas). Acontece que o quociente eleitoral será o dobro do que foi em 1986, porque as vagas corresponderão à metade da representação do Estado (a outra metade é eleita pelo voto majoritário). Em São Paulo, no pleito de 1986, o quociente eleitoral para deputado federal foi de 238 mil votos, equivalente à divisão do número dos votos válidos por 60. Com o distrital misto, a divisão se fará por 30 e o quociente subirá para 476 mil votos.

É evidente que os eleitos por esse modo serão somente os que dispuserem de grande cacife eleitoral no distrito ou no Estado, com a prevalência dos que possuírem maiores recu-

dos financeiros. A influência do poder econômico será, portanto, decisiva.

Com o voto majoritário, ganharão nos distritos os candidatos dos grandes partidos, em geral melhor estruturados e contando com a ajuda da máquina administrativa. Os pequenos e os médios partidos, comumente discriminados, não terão vez.

Um Congresso democrático e representativo depende do voto proporcional

Enganam-se os que pensam que elegerão os candidatos mais conhecidos, de mais prestígio e influência pessoal em determinado bairro ou em determinada cidade. Porque a eleição distrital não se efetuará num bairro ou numa cidade, mas em vários bairros e mesmo em várias cidades, formando uma circunscrição eleitoral. O Estado de São Paulo, por exemplo, será dividido em 30 pedaços eleitorais. Os limites de cada um desses pedaços serão traçados pela Justiça Eleitoral. Oito ou dez bairros da capital de São Paulo poderão constituir um distrito eleitoral; dez, quinze ou mais cidades do interior comporão outro distrito, e assim por diante. Desse



modo, dilui-se o prestígio e a influência do candidato de um ou dois bairros, de uma ou duas cidades. Em última instância, quem vai decidir o pleito em dez bairros ou dez cidades é o dinheiro, são os poderosos do lugar. Evidentemente, o voto distrital é o curral eleitoral institucionalizado.

Enganam-se também os que acreditam poder eleger-se pelo sistema misto (proporcional) considerando que na última eleição atingiram, digamos, 60 mil votos. Pelo novo sistema isto não basta, necessitariam 120 mil sufrágios! Difícilmente alcançariam seus objetivos!

É muito provável que de 70 a 80% dos atuais deputados não conseguissem, com o voto distrital misto, obter um mandato parlamentar. Os pequenos e os médios partidos seguramente seriam eliminados do Congresso Nacional, ou teriam representação insignificante. Não dispõem dos meios para enfrentar, em igualdade de condições, os grandes partidos nos pleitos majoritários, ou proporcionais restritivos. Teríamos no Congresso a "democracia" de dois ou três partidos e a representação maciça do poder econômico e do caciquismo eleitoral.

Ainda mais: com o voto distrital misto crescerá o autoritarismo, o elitismo, a disputa acirrada, sobretudo nos grandes partidos, em função da conquista de vaga para concorrer às eleições. Quem será o feliz candidato único de determinado partido no distrito? Sem dúvida, aquele que contar com as boas graças das direções e com o voto dos convencionais. Nessa competição levará vantagem o que dispuser de maior poder e de mais recursos econômicos. Entre os grandes partidos, até hoje, tem sido dura a peleja objetivando conseguir espaço nas listas de 50, 60 ou 90 candidatos às eleições proporcionais. Imagine-se o que será essa luta quando as vagas se restringirem a uma ou a poucas. Tais disputas, desiguais e antidemocráticas, enfraquecerão os partidos e contribuirão para o seu esfacelamento.

Os partidários do voto distrital invocam, sem maior exame, exemplos do exterior, em particular da Europa, onde o sistema distrital predomina. Não levam em conta, porém, o fator histórico. Ali existem países nos quais os distritos, formados há séculos, constituem a base da divisão territorial. Há inclusive distritos nitidamente operários, ou camponeses, ou de classe média, além dos marcadamente burgueses. A organização e a contextura dos partidos políticos, desde o início, obedecem a esse sistema centenário. No Brasil, a divisão territorial (e eleitoral) baseia-se nos municípios e nos Estados. O sistema seria criado artificialmente, a partir do número de deputados a serem eleitos em cada Estado. Note-se, ainda, que na Europa as classes dominantes manipulam no seu interesse o sistema eleitoral. Na França, após a II Guerra, o Partido Comunista tinha numerosa bancada na Assembléia Nacional. A reforma eleitoral de De Gaulle, em 1958, deu maior peso aos distritos rurais, mais atrasados, em detrimento dos tradicionais distritos urbanos. No pleito seguinte à reforma, o Partido Comunista viu reduzida pela metade a sua bancada, apesar de haver obtido um volume de votos, no conjunto do país, superior ao da eleição precedente. Na Itália, onde o sistema é proporcional, há mais democracia representativa. No último pleito, realizado faz pouco, o partido menor, que obteve apenas 0,4% da votação, conseguiu eleger um deputado.

A adoção do voto distrital misto em nosso

país é uma aberração política de graves consequências, fator de atraso no desenvolvimento da sociedade, ameaça à democracia representativa.

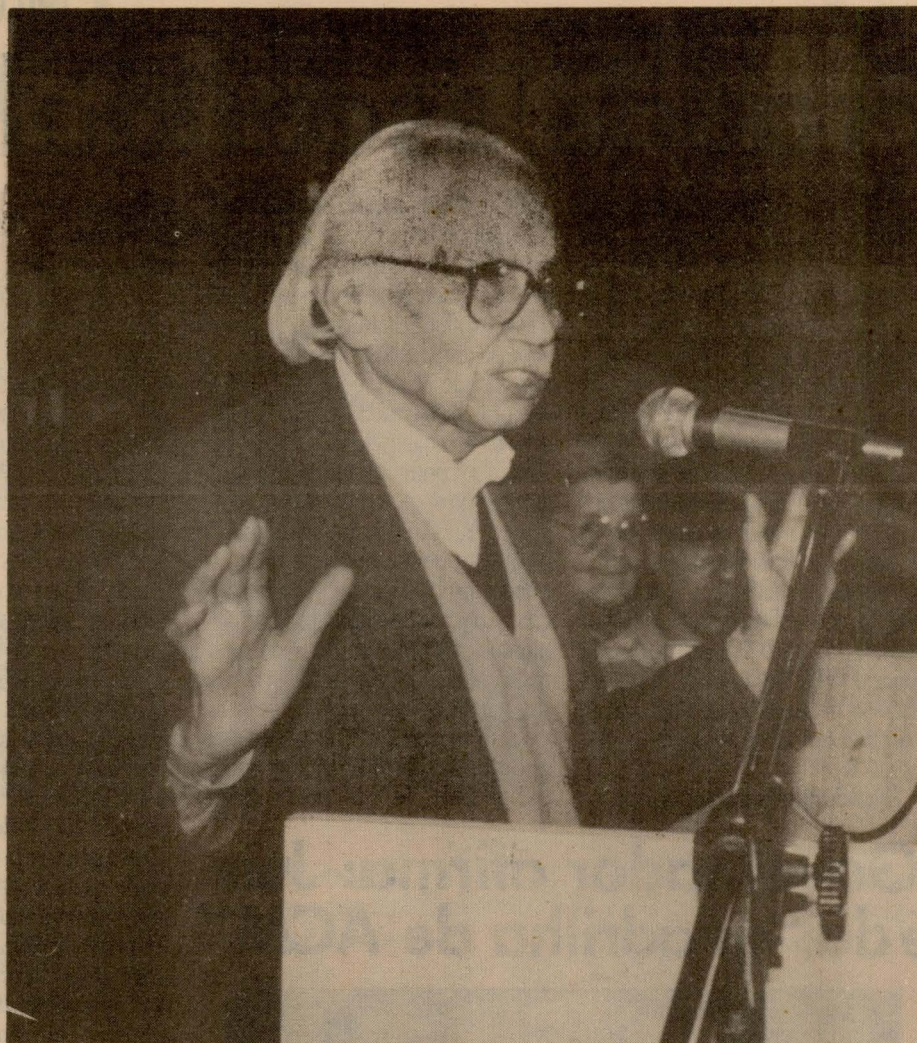
Defendemos o sistema do voto proporcional — uma conquista do avanço social. É mais democrático e mais adequado a países como o nosso. Apesar das injustas restrições e discriminações existentes, ele permite representatividade mais abrangente dos diversos segmentos da população no Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas.

Tancredo Neves afirmou que "a representação proporcional é a única, no Brasil, capaz de erigir representações a nível nacional e a nível intelectual elevado". Assinalou também que a representação distrital se afigura altamente inconveniente pelo fato de que o grande mal das origens da representação no Brasil decorre da corrupção da vontade eleitoral. Essa corrupção se faz pela pressão oficial e pela pressão do poder econômico.

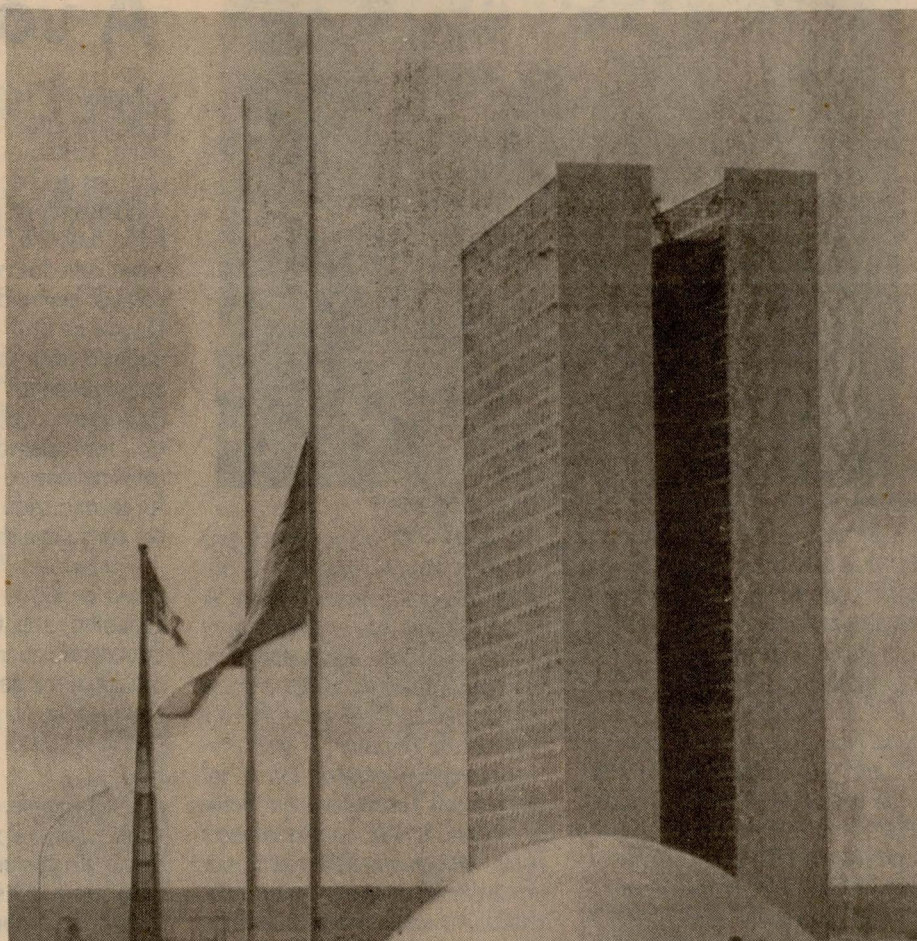
Com o voto proporcional, é o Estado em seu conjunto, e não o distrito, isoladamente, que envia ao Congresso e às Assembléias Legislativas os deputados dos diversos partidos que alcançaram o quórum mínimo de sufrágios nos pleitos eleitorais. A eleição de cada deputado é o resultado da soma de votos que recebeu em centenas ou milhares de urnas distribuídas por todo o Estado. O eleitor é mais livre para escolher o candidato do seu agrado em qualquer lugar do Estado onde reside. Não fica limitado e obrigado a votar no distrito em postulantes com os quais não concorda ou que não têm a mínima possibilidade de elegerem-se. Com o voto distrital misto, centenas de parlamentares de origens sociais diversas e ligados a diferentes partidos não obteriam as cadeiras que hoje ocupam na Assembléia Constituinte. Em contraposição, a UDR possivelmente logaria maior número de representantes naquela Assembléia.

O voto proporcional, mais abrangente, dá ao Parlamento e às Assembléias visão larga, mais rica e variada dos problemas nacionais e estaduais. Os eleitos não estão presos à ambiência distrital, acanhada, paroquial, ainda que se preocupem, dentro do todo, com as questões referentes a essas áreas. Sua base social é mais ampla, abarca extensas camadas da sociedade, os setores profissionais, culturais, esportivos, religiosos etc. Nesse sentido, Tancredo Neves fazia um alerta sobre o caráter restrito provocado pela votação distrital: "A votação distrital não apenas retira o caráter, mas reduz o nível intelectual da representação. A meu ver, causa ainda um inconveniente maior: tira da representação a visão ampla dos problemas nacionais. A visão distrital apouca, amesquinha, eis que um delegado de distrito fica preso a seus eleitores, tem de guardar rigorosa fidelidade a seus mandantes. E isto faz com que o Congresso se transforme muito mais em uma somatória de reivindicações regionais do que em um órgão que deve ter a mais ampla visão, o mais amplo domínio sobre todos os problemas nacionais."

Por fim, vale salientar que o voto proporcional ou distrital misto não tem relação direta com o sistema de governo. Presidencialista ou parlamentarista, num ou noutro caso, a situação não se modifica com a adoção de qualquer desses sistemas eleitorais. Todavia, o parlamentarismo exige um Congresso mais democrático, mais representativo das diferentes correntes de opinião, o que somente se conseguirá pelo voto direto, secreto e proporcional.



O presidente nacional do PCdoB diz que o voto distrital misto é antidemocrático



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Fraude escandalosa em Alagoas

"Um escândalo eleitoral sem precedentes". Esta foi a definição dada pelo presidente do TRE de Alagoas, desembargador Hélio Cabral, sobre as fraudes ocorridas no Estado durante a apuração dos votos, que levaram a uma decisão inédita — a anulação das eleições na primeira zona eleitoral de Maceió e em cinco municípios do sertão — Batalha, Jacaré dos Homens, Belo Monte, Giraldo Penciaño e Campo Grande. Ao todo são 78 mil votos que, uma vez fraudados, beneficiaram os apadrinhados do presidente da República, Fernando Collor de Mello. Agora, o TRE terá de decidir quando serão realizadas novas eleições na primeira Zona Eleitoral de Maceió e nos cinco municípios interioranos.

Eduardo Bomfim, candidato a de-

putado estadual pelo PCdoB, integrante da Frente Popular foi uma das primeiras vozes a denunciar a corrupção eleitoral no Estado desde o início da campanha. Eduardo conta que instalou-se em Alagoas "um clima de permissividade". Para ele "foi o processo eleitoral mais fraudado de toda a história de Alagoas, pelo derrame de dólares, que configurou uma abusiva interferência do poder econômico para eleger seus candidatos". O candidato comunista denuncia que as irregularidades prosseguiram no dia da eleição, verificando-se inclusive o cerceamento aos direitos de voto. "Em algumas regiões do sertão — conta Eduardo — muitos fiscais foram impedidos de trabalhar e alguns eleitores não puderam votar". Houve também casos de eleitores que, no momento

de assinar a ficha de votação constataram que já tinham 'votado'. O exemplo mais eloqüente e também o mais absurdo foi o que ocorreu com o promotor de justiça da cidade de Porto Calvo. Quando chegou para votar constatou que alguém já tinha votado por ele e no lugar da sua assinatura apareciam as impressões digitais.

As fraudes em Alagoas ficaram ainda mais caracterizadas durante a apuração dos votos, com a "gigantesca manipulação dos mapas", segundo Eduardo Bomfim. Chegou a haver venda aberta de votos nos mapas, a 5 mil cruzeiros o voto, caso verificado no ginásio do SESC, onde eram apurados os votos da 1ª zona de Maceió. Para o senador do PSDB Teo Vilela, "um escândalo público, uma verdadeira desmoralização do processo eleitoral no Estado".

Os partidos progressistas alagoanos consideram que foi uma decisão importante a anulação das eleições na primeira Zona de Maceió e em cinco municípios interioranos, mas, na avaliação de Eduardo Bomfim, a medida é insuficiente. Em sua opi-

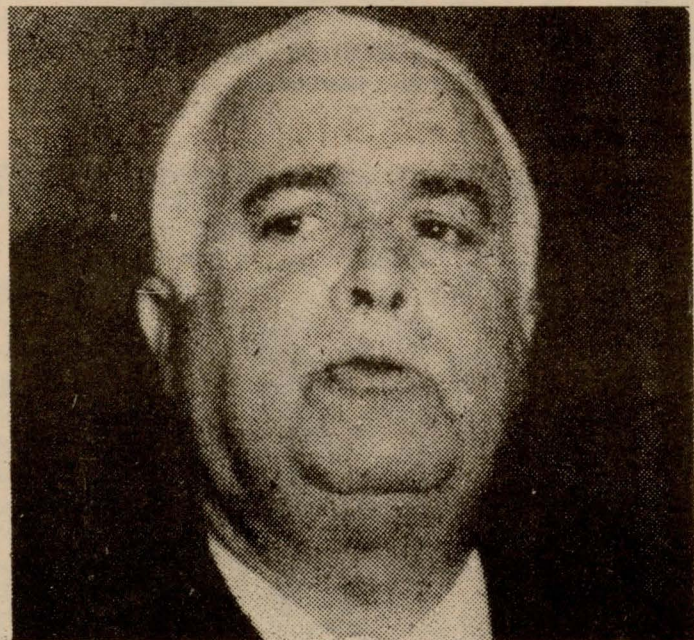


Bomfim exige anulação completa da eleição em Alagoas

nião, as fraudes foram tantas que colocam em questão a legitimidade da eleição em todo o Estado. "Por isso

exigimos sua anulação não apenas parcial e a convocação de um novo pleito em Alagoas", diz Bomfim.

Governador afirma: Juiz é da "quadrilha de ACM"



ACM tem relações estranhas e íntimas com juizes do TRE baiano

A Bahia é outro estado em que a repetição de irregularidades na campanha eleitoral, no dia da votação e fraudes na apuração foram de tal ordem que a legitimidade da eleição foi questionada. O PMDB, o PSDB e o PDT apresentaram ao Supremo Tribunal Federal denúncia de suspeição dos juizes do Tribunal Regional Eleitoral, devido às estranhas e íntimas relações entre esses magistrados e o candidato do PFL, Antonio Carlos Magalhães. Um deles, o juiz Genaro de Oliveira, advoga há anos para ACM, enquanto Luiz Fernandes Pedreira, presidente do TRE baiano, "é membro da quadrilha de ACM", conforme as palavras do governador Nilo Coelho. Entretanto, apesar de muitas evidências de que o processo eleitoral na Bahia foi viciado, este foi validado e ACM eleito governador no primeiro turno.

Não foi somente a fraude que maculou a atuação da Justiça Eleitoral no último pleito. O comportamento

dos diversos TREs censurando programas no horário gratuito e concedendo excessivamente "direitos de resposta" a candidatos direitistas, revelou parcialidade. Paulo Maluf, em São Paulo, e Antonio Carlos Magalhães, na Bahia, conseguiram 85% dos "direitos de resposta", o que levou o ex-corregedor geral do TSE, Romildo de Souza, a reconhecer que houve distorção: "O TSE, tomou conhecimento de que nos TREs a concessão do direito de resposta estava sendo confiada a uma comissão de juizes ou ao juiz corregedor, quando o entendimento do TSE é de que isso deve ficar a cargo do plenário". O ex-corregedor admite ainda que há desigualdade no tratamento dos diversos partidos: "Se não houver a garantia de um mínimo de oportunidades para todos os partidos, o poder econômico continuará cerceando as chances de alguns grupos menos favorecidos economicamente alcançarem o eleitorado".

A volta de "um velho senhor"

Numa de suas tiradas literárias, o senador do PDS, Jarbas Passarinho, avaliou os resultados das eleições de 3 de outubro como "a volta dos velhos senhores". No sábado passado, 13, ele próprio se tornou um dos velhos senhores de volta ao centro do poder no Brasil. Depois de uma crise de gabinete, que se arrasta na surdina há meses, com a primeira "fritura" de cabeça do governo Collor, a do ministro da Justiça Bernardo Cabral, o coronel da reserva Jarbas Passarinho foi reconduzido pela quarta vez a um cargo ministerial. Nas três vezes anteriores, Passarinho foi ministro de governos militares: do Trabalho, sob Costa e Silva, da Educação, quando o ditador de plantão era o general Médici, e da Previdência, no governo do general Figueiredo.

Quebram-se, desse modo, duas promessas, feitas no início do governo, no costumeiro tom de bravata, pelo presidente Fernando Collor: a de que manteria incólume sua equipe ministerial e a de que só contaria em seu primeiro escalão com quadros novos, desvinculados dum passado que envergonha a nação. Talvez por isso, Passarinho tenha tentado em seu discurso de posse amenizar o peso e a mancha que carrega em sua biografia e limpar a barra do presidente, quando disse de si mesmo ser "a dose do passado que se pode tolerar no presente".

A queda de Bernardo Cabral não foi o único abalo sofrido pelo novo governo em seus sete meses de existência. Notícias insistentemente veiculadas na imprensa há meses dão conta de que o ministro da Infra-estrutura, Osires Silva, está com a cabeça a prêmio e que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello teria colocado seu cargo à disposição na mesma semana da queda de Cabral.

Para a opinião pública passou-se a explicação de que a demissão do ministro da Justiça estaria relacionada com seu romance com a ministra da Economia, versão que, além de desinformar, serve apenas para deliciar e enriquecer os fabricantes e consumidores de fofocas. Mas, por mais que se tente encobrir a realidade, não há como negar que, apesar de todas as aparências é latente em Brasília uma crise de governo, que pode cobrar ainda maiores proporções com o agravamento da situação econômica do país e as dificuldades obtidas que o presidente tem pra intermediar seus conflitos reais com a sociedade civil e o Congresso Nacional.

Até agora, o governo impôs seus projetos à nação através da chamada Medida Provisória, transformada em Decreto-lei, passando por cima do legislativo e ao arripio da Constituição. Na área econômica, depois da euforia inicial, o plano do governo não con-

seguiu conter a inflação e está conduzindo o país a uma brutal recessão, com os dramáticos efeitos sociais que provoca. A estabilidade política vai, assim, se tornando precária e se reflete necessariamente em desentendimentos na própria equipe governamental.

A nomeação de Jarbas Passarinho indica que Collor pretende montar, a partir de um polo de direita, uma força capaz de dar-lhe sustentação no Congresso. Ele precisa de alguém que tenha autoridade, habilidade e trânsito no Legislativo, qualidades que supõe terem sido adquiridas pelo coronel, ministro da ditadura, senador e agora seu ministro da Justiça, ao longo de sua carreira. Passarinho começou tentando mostrar que está talhado para exercer as novas funções. Visitou as lideranças no Congresso e trocou amabilidades inclusive com a liderança do PT, arrancando um elogio do deputado Gumercindo Milhomen. E capitalizou como vitória sua a votação favorável ao governo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, obstruída há meses no Congresso pelas oposições.

Ficou claro que com a indicação de Passarinho, Collor transforma o Ministério da Justiça em seu ministério político. Mas o que não é certo é se com isso obterá estabilidade. O agravamento da situação do país sinaliza em outra direção.

Malabarismo de alto risco

Antonio Martins

A proposta apresentada pelo governo Collor para a renegociação da dívida externa brasileira baseia-se em uma ilusão. A de que é possível promover o desenvolvimento do país sem contrariar os interesses dos bancos e dos governos credores.

"Já está na hora de descer o palanque". Em 13/10, dias depois do governo Collor apresentar aos bancos estrangeiros credores seu plano para a renegociação da dívida externa, o deputado César Maia (PDT-RJ) usou estas palavras para defender o apoio da oposição à proposta. César Maia, que foi acompanhado em sua postura pelo ex-ministro Bresser Pereira, do PSDB, usou um argumento digno de nota. Se a dívida externa é o principal entrave ao desenvolvimento do país, e se o governo apresenta um plano que implica numa redução substancial das remessas de juros aos credores, raciocinou ele, nada mais correto do ponto de vista das forças progressistas, que apoiá-lo neste esforço. Coerente com esta linha de pensamento em 17/10 o deputado foi mais adiante, e propôs que a administração Collor apresentasse formalmente seu projeto de renegociação ao Senado. Em seguida esta casa legislativa daria apoio explícito à proposta, o que tornaria mais sólidas as posições do governo diante dos credores.

Num primeiro momento, o aplauso de César Maia e do embaixador dos EUA

"A conversa foi excelente, e algumas das propostas são interessantes". Ao deixar o gabinete da ministra Zélia Cardoso de Mello, no dia 11, o embaixador americano Richard Melton fez questão de compartilhar com os repórteres suas impressões iniciais sobre o que acabara de ouvir. Ele e os outros 6 embaixadores, que juntos representam em Brasília os interesses das nações capitalistas mais poderosas, que compõem o chamado "G-7", haviam sido convidados para inteirar-se em primeira mão da proposta do governo Collor para renegociação da dívida, que só seria exposta aos próprios jornais brasileiros quase uma semana depois, e que até agora ainda não foi apresentada oficialmente ao Congresso. Embora seja funcionário do governo americano, país a que pertence a quase totalidade dos grandes bancos credores, Melton não deixou transparecer qualquer objeção ao plano exposto por Zélia.

Anunciada simultaneamente em Nova York — aos bancos que compõem o Comitê Assessor da dívida, uma espécie de cartel dos credores — e em Brasília — aos embaixadores do "G-7" —, a proposta do governo brasileiro traz em sua própria natureza elementos que permitem entender por que foi, num primeiro momento, bem recebida tanto por certas alas da esquerda quanto pelo representante no país da administração George Bush.

Ela apresenta, e este tem sido de longe o ponto mais destacado pela imprensa, aspectos aparentemente ousados, destoantes da ortodoxia através do qual os credores tratam a dívida. Os negociadores do governo Collor anunciaram em primeiro lugar que manterão, até o final deste ano, a moratória técnica iniciada ainda no governo Sarney, e que caminha para o 13º mês. Os bancos comerciais, cujos créditos de longo prazo contra o Estado brasileiro beiram a marca dos 53 bilhões de dólares, continuarão portanto por mais alguns meses sem receber juros.

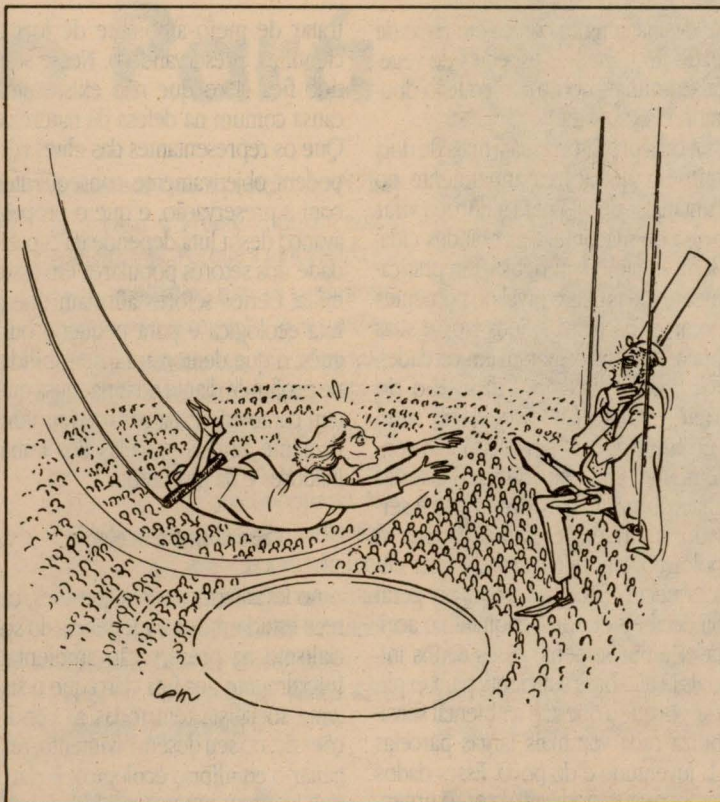
O governo restringe o pagamento de juros, e no entanto...

Há mais. O "embaixador da dívida externa", Jório Dauster, e o secretário de Política Econômica, Antonio Kandir, aos quais coube transmitir aos banqueiros o plano da administração Collor, alertaram que o pagamento dos juros continuará suspenso enquanto não for firmado um novo acordo. É possível, portanto, que a dívida "atrasada", hoje em torno de 8 bilhões de dólares, cresça para patamares ainda mais elevados.

Dauster e Kandir disseram ainda que o governo decidiu introduzir na negociação um conceito denominado "capacidade de pagar". Eles explicaram que o país só remeterá ao exterior o equivalente ao superávit fiscal do Tesouro e não mais, como ocorria nas administrações anteriores, uma soma mais ou menos equivalente ao superávit comercial.

A diferença é importante. Embora o Brasil "gere" todos os anos cerca de 12 bilhões de dólares, graças a um enorme esforço exportador, o governo é obrigado a comprar estes dólares das empresas que atuam no mercado externo. O governo *fabrica* cruzeiros em grande quantidade, portanto, e os negociadores explicaram que consideram esta emissão de dinheiro "não-saudável", e incompatível com os planos de estabilização monetária e controle da inflação. Só é possível remeter sem traumas, disseram eles, uma quantia igual à que o Estado arrecada mas não gasta — às "sobras", em cruzeiros, do Tesouro. Dauster e Kandir previram que em 91, por exemplo, o pagamento de juros, balizado pelo novo critério, cairia para algo em torno de 1 bilhão de dólares — 10% apenas do que os bancos costumavam receber antes da moratória.

Para sacramentar o novo procedimento, o governo substituirá os atuais títulos da dívida possuídos pelos credores por títulos novos, com vencimento em prazos distintos, porém sempre mais alongados que os atuais. Quanto maior o prazo aceito pelo credor, maior o juro que será pago pelo país. Em qualquer hipótese, contudo, a *remessa* anual dos juros estará limitada pelo superávit fiscal. O que ultrapassar este valor será pago apenas no vencimento final do título.



Esgotam-se por aqui, no entanto, as características de ousadia da proposta. Todo o restante do plano foi concebido para que ficasse explícito tanto quanto possível que o governo brasileiro é avesso a qualquer confronto com os bancos, e que acredita na colaboração com eles como forma de promover o desenvolvimento nacional. Em sua exposição aos embaixadores do "G-7", relatou a "Gazeta Mercantil", a ministra Zélia foi especialmente enfática ao afirmar três dos princípios que regem a proposta de sua equipe.

O primeiro princípio estabelece que não haverá qualquer *redução unilateral* da dívida, ao contrário do que chegou a propor à sua época o ministro Bresser Pereira. Embora a dívida brasileira esteja cotada no mercado secundário de títulos a cerca de 20% do seu valor nominal, e embora até mesmo países com governos claramente conservadores, como a Bolívia, tenham adotado fórmulas que levaram em conta esta cotação depreciada, Zélia assegurou que tal não ocorrerá no caso brasileiro. Sofrerão desconto apenas os títulos dos bancos que quiserem resgatar seu crédito antes do prazo de vencimento. Haverá leilões trimestrais para liquidar estes títulos.

... promete resgatar pelo valor nominal títulos desvalorizados em 80%

A segunda garantia dada aos credores diz respeito aos juros. Aos bancos que aceitarem os títulos de mais longo prazo será paga integralmente a taxa flutuante do mercado londrino, além de uma taxa de risco ("spread"). Ao fazer tal concessão o governo brasileiro fica a quem até mesmo de acordos já feitos entre os bancos internacionais e países como o México,

a Venezuela e as Filipinas. Por iniciativa dos próprios credores houve em todos estes casos uma *redução* da taxa de juros, e a eliminação quase completa dos "spreads". Além de tudo a oferta da administração Collor representa um risco especialmente alto numa conjuntura em que a uma crise de petróleo se conjuga uma crise do Tesouro americano, e em que todos os analistas prevêem fortes acelerações das taxas de juros.

Pelas contas de Dauster, "modernidade" de Collor trará saudades de Sarney

Como se não bastassem as concessões materiais, a ministra Zélia fez questão de firmar um terceiro princípio, que servirá como espécie de parâmetro político para as negociações. Ao contrário do que ocorreu no governo Sarney, a administração Collor fez questão de declarar que o país não está insolvente. Ela considera essencial reincorporar plenamente o país ao mercado financeiro internacional. Eventuais dificuldades internas, portanto, não serão motivo para interromper o relacionamento com os bancos e a "integração do Brasil ao mundo moderno".

Retomar o desenvolvimento econômico interno... e manter o pagamento da dívida. Afirmar a soberania nacional... e jurar fidelidade aos banqueiros. Contentar os gregos... e os troianos. A proposta de renegociação da dívida anunciada pelo governo Collor foi apresentada por quase todos os meios de comunicação como "ousada", "surpreendente", "altamente inovadora". Pouco a pouco, porém, algumas análises começaram a demonstrar que ela assemelha-se na verdade a um número artífice de malabarismo.

O economista Dércio Garcia Munhoz,

da Universidade de Brasília, foi um dos primeiros a expor as contradições do plano. Em artigo publicado na "Folha de S. Paulo" em 14/10 ele demonstrou a incongruência em que incorre o governo ao desejar a estabilidade monetária e prometer ao mesmo tempo o pagamento dos juros, ainda que retardando sua remessa.

Fala-se em "fritura" de Zélia, que quis agradar os gregos e os troianos

Se o governo estabelece como ponto de princípio honrar os débitos externos na data do vencimento final dos títulos, raciocinou Munhoz, ele terá de constituir enormes reservas internacionais. Para fazê-lo, contudo, ele continuará comprando grandes volumes e dólares dos exportadores, e portanto *emitirá cruzeiros*. Para impedir o descontrole da inflação, concluiu o professor, será necessário manter por longo prazo uma política monetária restritiva, baseada em juros altos e recessão.

Um dia depois, já em Brasília, o "embaixador" Jório Dauster deu entrevista em que acabou confirmando, implicitamente, a hipótese. Indagado sobre as previsões do governo para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nos próximos anos, ele as expôs: zero em 91; 3% em 92; 4% em 93; e 5% em 94. Como as estimativas mais otimistas afirmam que em 1990 haverá queda de 5% na atividade econômica, custa pouco esforço calcular que ao longo dos cinco anos do governo Collor o PIB terá crescido apenas 6,8%, e a produção por habitante terá *diminuído* em 3,7%, se se mantiverem as taxas de crescimento populacional de 87. Os próprios números fornecidos pelo governo Collor, portanto, permitem avaliar a realidade que se esconde por trás de suas promessas de "Brasil Novo". A se confirmarem as cifras, o país passará da estagnação melancólica das administrações Figueiredo e Sarney para a marcha decidida... para trás!

Incapaz de salvaguardar os interesses do país, o malabarismo "ousado" do governo Collor pode também não ser suficiente para garantir a sobrevivência política dos que ajudam a conduzi-lo. No dia 18/10 a "Folha de S. Paulo" afirmava, depois de ouvir diretores dos bancos credores, que tampouco eles mostravam-se dispostos a passar dos elogios formais à aprovação concreta da proposta de renegociação. Particularmente as instituições norte-americanas, que enfrentam enormes dificuldades para receber empréstimos imobiliários feitos a cidadãos dos EUA, sentem-se incapazes de absorver qualquer redução, mesmo temporária, das remessas feitas pelos devedores do terceiro mundo. Preparavam-se, ainda segundo a "Folha", a reagir com um *não*, e com pressões, à proposta brasileira. E começaram a surgir sinais de que a exemplo do que fizeram mais de uma vez no governo Sarney, poderiam delatrar um movimento pela *fritura* da ministra Zélia.

Pela ecologia, contra o capital

Rovilson Britto*

As forças progressistas nada ganham quando estigmatizam o movimento ecológico e procuram classificá-lo como "pequeno burguês". A preservação da natureza sensibiliza parcelas cada vez mais amplas do povo, e tem condições de se converter em poderosa denúncia do capitalismo.

Vive-se no mundo inteiro uma grave crise ecológica, que ameaça toda a nossa existência. Especialistas, cientistas e cada vez mais o povo em geral e a juventude tomam consciência desse fato. Os meios de comunicação passaram a dedicar largo espaço ao tema e mesmo os grandes mandões internacionais passaram a tratar dessa crise. Prova disso foi a recente reunião das sete grandes potências imperialistas, onde uma das questões mais debatidas foi a situação do meio ambiente no mundo e as saídas, do ponto de vista delas, para a destruição e poluição, que já tomaram proporções alarmantes. No entanto, essa reunião serviu também para chamar a atenção ao fato de que são justamente esses países os que mais poluem e destroem.

Outro fato que ressalta a importância que a questão ambiental vem ganhando é a convocação da II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ser realizada em julho de 1992.

O Brasil vai ser o país-sede dessa Conferência, que espera reunir mais de 140 chefes de Estado de todo o mundo. Para isso o Brasil se credenciou, em função da grande atenção que o problema da Amazônia tem recebido internacionalmente. Aqui, a questão ambiental também vai se avolumando, prova disso são as inúmeras manifestações que ocorrem em torno do tema e os dados revelados por uma pesquisa do Data-Folha, que afirma que a questão ecológica está entre as três maiores preocupações da juventude, ao lado da sexualidade e da educação. Sintoma da proporção que vai tomando o tema é o número de comerciais e produtos que tentam se aproveitar da chamada "consciência ecológica" que vai se formando.

Motivo para lutar

Existem motivos de sobra para essa preocupação crescente. A cobertura vegetal em nosso país vem desaparecendo aceleradamente, como comprova a Mata Atlântica — que está reduzida a menos de 3% de sua cobertura inicial. Na Amazônia, em menos de três anos, foram devastados 15% da cobertura vegetal de Rondônia. Es-

se desmatamento coloca em risco de extinção inúmeras espécies de vegetais e animais, como o mico-leão-dourado e a capivara.

A caça predatória mata mais de dois milhões de jacarés anualmente no Pantanal, que vão para a Europa virar bolsa de madame. Nas grandes cidades a situação é perigosa. Em praticamente todas elas o nível de poluentes no ar é inaceitável. Seus rios e suas praias se transformaram em verdadeiros esgotos. Exemplo disso é o rio Tietê em São Paulo, que tem nível zero de oxigênio e por isso não contém vida, com exceção de bactérias anaeróbicas. O agrotóxico nos é servido nas refeições todos os dias. A poluição sonora é capaz de fazer enlouquecer. São Paulo tem no geral 85 decibéis de sons, enquanto o aceitável é 65. Somente esses dados iniciais já dão base suficiente para explicar porque a questão ambiental sensibiliza cada vez mais largas parcelas da juventude e do povo. Esses dados também nos motivam a crer na urgente necessidade de os setores progressistas tratarem do assunto.

O movimento ecológico no Brasil vem crescendo, inúmeras entidades vão surgindo. Mas qual a concepção que norteia hoje esse movimento? No que pese as exceções, no geral predomina uma visão idealista acerca da preservação da natureza. Vê-se a luta ecológica acima das lutas sociais entre diferentes setores e classes, têm-se a ilusão de que a questão ambiental é essencialmente fruto da ausência de uma "consciência ecológica". Essa concepção acaba assumindo também, na maioria das vezes, uma postura de negar o desenvolvimento, qualquer atividade em áreas verdes, estabelecendo verdadeiros tempos.

Revolucionários e meio-ambiente

Para nós é necessário, ao tratarmos do meio ambiente, levarmos em consideração qual a causa fundamental da crise que vivemos. Através de uma análise mais atenta, concluímos que a destruição não é promovida pelo Homem em geral; a responsabilidade pela destruição pertence ao sistema social em que vivemos e a quem se beneficia dele. O fator determinante é o econômico e numa sociedade em que a propriedade dos meios de produção é privada, privada também é a culpa pela destruição que essa produção promove. Ao termos essa visão como base, fica claro que a luta ecológica tem caráter de classe e representa uma frente com largas possibilidades de denúncia do capitalismo. Este sistema pode adotar medidas paliativas, mas por ser governado pela ação das forças de mercado e ter como objetivo maior o lucro, não pode

tratar de meio-ambiente de forma científica, preservando-o. Nesse sentido fica claro que não existe uma causa comum na defesa da natureza. Que os representantes das elites não podem objetivamente conseqüentes com a preservação, e que o próprio avanço dessa luta depende da capacidade dos setores populares em assumi-la. Certos setores afirmam que a luta ecológica é para pequeno burguês, o que demonstra insensibilidade profunda diante de uma causa que tem comovido cada vez mais profundamente amplas parcelas dos trabalhadores e da juventude.

Socialismo e ecologia

Ao levantarmos essas questões, carece estudarmos a experiência do socialismo na preservação ambiental. Inicialmente nos fica claro que o sistema socialista tem todas as condições de, no seu desenvolvimento, respeitar o equilíbrio ecológico. É claro que isso tem inúmeros condicionantes, mas por ser um sistema onde a

produção é organizada e pensada cientificamente e onde o objetivo central são as largas parcelas do povo, não existe de forma objetiva um caráter devastador e poluidor, como no capitalismo. Mas é importante também ressaltar que isso não é mecânico nem automático, que dependerá de na própria sociedade estar vinculada essa preocupação.

Para assumirmos a luta ecológica e firmarmos a nossa concepção se faz necessário dedicar atenção ao problema e promover um estudo mais detalhado. É necessário também iniciarmos uma abordagem mais ampla dessas lutas, tirando-as dos pequenos círculos e esforçando-nos para apresentá-las aos trabalhadores e para a juventude. Ao darmos um caráter de massa para essas lutas, estaremos cumprindo um papel estratégico na denúncia do capitalismo, na defesa das riquezas e condições necessárias para a construção de uma nova sociedade, além de introduzirmos dentro do movimento socialista com maior ênfase essa questão.

A ação da UJS

No Brasil não são poucos os problemas a serem tratados que têm caráter localizado. Em todos os municípios existe possibilidade de lutas concretas. Por outro lado não podemos deixar de ter claro que existem problemas de âmbito nacional e que é em torno deles que nós devemos levantar prioritariamente a denúncia, por representarem danos em proporções alarmantes e por deixarem mais claras as responsabilidades. Destas, destaca-se o problema da Amazônia. A União da Juventude Socialista vem iniciando a campanha "jovens curupiras", que defende os povos e a floresta amazônica. Ela tem tudo para crescer e cumprir parte das tarefas que aqui sugerimos. Por isso se faz necessário que os progressistas em geral e em especial os comunistas dediquem à UJS e à campanha um apoio decidido.

*Coordenador nacional da União da Juventude Socialista — UJS — e estudioso das questões ecológicas

Estudantes homenageiam Carlos Danielli

Vítima dos generais

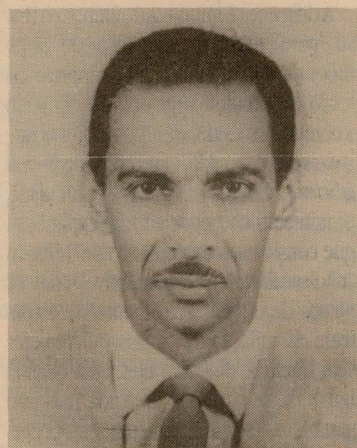
Carlos Danielli nasceu em Niterói, e teria 61 anos se ainda estivesse vivo. Operário metalúrgico, militou no Partido Comunista do Brasil desde muito jovem. No 4º congresso do partido, e com apenas 25 anos, foi eleito para compor o Comitê Central.

Quando a organização cindiu-se em duas, em 1962, posicionou-se firmemente contra o revisionismo, e teve papel importante na reorganização do PCdoB. A partir do início da década de 70 envolveu-se intensamente nos preparativos para a Guerrilha do Araguaia. Elza Monneret informa que era ele, em conjunto com João Amazonas e Maurício Grabois, quem mantinha em São Paulo o último contato com os militantes que se apresentavam para tomar parte no movimento, e os encaminhava para a região em que ele se desenvolvia. Preso em 28 de dezembro de 1972, Danielli foi assassinado dois dias depois na Operação Bandeirantes — OBAN — e enterrado clandestinamente no cemitério de Perus. Em 1981 seus restos mortais foram exumados e enterrados em Niterói, por ação da família, dos movimentos contra a repressão e do PCdoB.

O revolucionário Carlos Danielli, dirigente do PCdoB assassinado pela ditadura militar em 1972, acaba de ser homenageado por estudantes do Rio de Janeiro. Em ato público realizado no último dia 26 de setembro, os alunos da Faculdade Asoec — Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura — celebraram a constituição de seu Diretório Central de Estudantes — DCE — que levará o nome de Danielli.

A decisão de fazer a homenagem havia sido tomada algumas semanas antes, através de plebiscito, e como ápice de um processo de lutas vivido pelos estudantes. Eles deflagraram no início do semestre um amplo movimento contra a alta das mensalidades autorizada pelo Ministério da Educação. A mobilização foi vitoriosa, e resultou especialmente num substancial avanço do grau de consciência. A criação do DCE, e o nome dado a ele, foram adotados como o símbolo do início de uma nova fase na história da escola, marcada agora pelo florescimento da luta estudantil.

O ato público em que se oficializaram as decisões foi realizado no auditório da faculdade, que ficou inteiramente lotado. Convocados pelos estudantes, estavam presentes fami-



Danielli; assassinado em 72, e enterrado em Perus

liares de Carlos Danielli, representantes da diretoria da UNE, a deputada Jandira Feghalli, do PCdoB, e Elza Monneret, que pertence há anos ao comitê central do partido e acompanhou de perto a militância de Danielli. Além destes, falaram aos estudantes o presidente do diretório acadêmico, um representante dos professores da escola e a diretora do estabelecimento. Jandira Feghalli destacou-se como uma das oradoras mais aplaudidas, ao contestar com firmeza argumentos sustentados por esta última em defesa do ensino privado.

Começa a safra das convenções

Dynéas Aguiar*

Concluída a batalha em que nos empenhamos para a eleição dos candidatos do Partido ao Legislativo, nos seus dirigentes e militantes estão chamados a concluir o processo de registro definitivo do Partido. Em particular nos Estados em que só possuímos Comissões Regionais Provisórias.

Em 1988, quando o Partido obteve o registro definitivo no TSE, havíamos realizado convenções em nove Estados. Agora já estamos com Diretórios registrados em 12. Faltam, portanto, mais 15 para concluirmos o processo em todo o país.

Nestas eleições, para lançarmos nossos candidatos, constituímos direções em mais de 20% dos municípios em cada Estado. Em todo o país alcançamos a significativa cifra de 1240 municípios. A tarefa atual é a de fazermos em todos esses municípios a quantidade de filiações necessárias para realizarmos a convenção a eleger o Diretório definitivo.

Se considerarmos o tempo relativamente pequeno que temos para realizar as convenções, fica evidente que não é uma tarefa simples, pois o calendário deve ser rigorosamente obedecido, sob pena de inviabilizar o processo.

Em 16 Estados poderemos atingir as metas propostas participando do segundo turno para governador e acoplando a nossa participação na campanha com a filiação intensiva na capital e no interior. Nos Estados em que não haverá o segundo turno, deveremos voltar a todas as áreas em que realizamos campanha, para efetivar as filiações.

Os camaradas que foram eleitos deputados federais e estaduais devem ser os vanguardeiros na filiação. Voltando ao contato com os eleitores para discutir a perspectiva de seu mandato, deverão convencê-los a ingressar no Partido para consolidar a vitória.

A nossa prática parlamentar exige não só uma relação estreita com as massas mas, igualmente, um amplo e forte Partido nas bases, para dar sustentação à nossa atuação no Parlamento.

Igualmente, os camaradas com cargos de direção nas entidades de massa precisam fazer um planejamento dos principais locais de concentração de sua categoria, para realizar aí uma intensa campanha de filiação. Essa atividade é imprescindível em dois aspectos:

1) ampliar a base do partido, enraizando-o nos principais centros e, dessa forma, ampliar o apoio à entidade e à diretoria que dirigimos; 2) romper com o corporativismo na massa e em nossos militantes, abrindo-lhes uma perspectiva real e consequente para solução definitiva dos problemas que o país e a população enfrentam como um todo, ao invés de só vermos as reivindicações e a luta apenas no particular.

A inexistência de fortes organizações do Partido nos bairros das capitais, nos grandes municípios e nas cidades de porte médio e pequeno do interior, dificultaram a ampliação e consolidação de nossas campanhas. Esta foi, entre outras, uma das causas da baixa votação de muitos candidatos. Devemos, portanto, orientar a filiação para as concentrações de moradias, onde residem principalmente os operários, assalariados agrícolas e os trabalhadores urbanos.

Aplicando esta decisão da direção nacional com empenho e denodo, poderemos chegar à Convenção Nacional, no dia 31 março, com a meta de 500.000 filiados vitoriosamente concluída.

A inutilidade do voto de "desejo"

Rogério Lustosa*

Discute-se muito a utilidade do voto. E ainda nos deparamos com declarações deste tipo: "Meu voto é útil quando vai para quem eu acho melhor. Jamais votaria para impedir que alguém se elege-se". Quer dizer, este voto visa satisfazer um desejo — quem sabe um capricho — sem um objetivo político definido. No segundo turno, como o meu "melhor" não está concorrendo, dou de ombros, xingo e anulo ou voto em branco.

Voto é político

Há 50 anos Lênin já condenava a atitude de tomar as vontades de cada pessoa ou grupo como se fosse a própria realidade. Ele advertia que "os esquerdistas não sabem racionar, não sabem conduzir-se como partido da classe, como partido das massas".

Se milhares de trabalhadores ainda votam em Maluf, ACM e outros expoentes do reacionarismo, as correntes políticas mais progressistas têm imensa responsabilidade na tarefa de procurar elevar o seu nível de consciência e, de imediato, encontrar um caminho para impedir um retrocesso político de maior vulto. Exatamente votar para barrar os collaridos.

Em primeiro lugar, em vez de fortalecer a idéia de que o voto é uma afirmação de princípios no abstrato, argumentar que ele é um instrumento político e que só tem utilidade se apoiar-se nas alternativas reais. As regras da democracia burguesa conduzem os trabalhadores a escolher, de tempos em tempos, os representantes das classes dominantes que irão governá-los no próximo período de quatro anos. Para mudar isto não basta "querer" que um candidato do povo saia vencedor.

Desejos nulos

A tática apoiada em desejos já conduziu a equívocos no primeiro turno. Certas forças de esquerda, em vez de procurarem a unidade em torno de nomes progressistas, com viabilidade eleitoral, preferiram, em geral, afirmar "seus" próprios militantes em candidaturas com reduzidas possibilidades. Facilitaram com isto que fossem para o segundo turno os piores representantes das classes dominantes. E agora, como decorrência, estes mesmos exclusivistas declaram "desgosto" com o resultado do 1º turno e pretendem convencer o eleitorado que, como no 2º turno "todos" são burgueses, tanto faz o resultado. Durante a campanha desta fase, vai todo mundo pescar. E em 25 de novembro é só colocar a cédula em branco na urna, ou rabiscar uma frase de rebeldia — que no fundo é de impotência.

A utilidade do voto, no segundo turno, pode entretanto ser bem maior do que isto. Em Estados de imenso peso político ainda é possível derrotar a ofensiva collarida. As diferenças de classe entre os candidatos podem não ser consideráveis. Mas as alternativas políticas imediatas que representam podem ser muito distintas. E aos trabalhadores interessa interferir no governo que terão — embora sejam governos burgueses. Esta luta é uma forma, embora não a única, de se prepararem política e organizativamente para a conquista de um outro regime, onde o povo governe.

Derrotar Collor

A omissão não pode ser uma conduta revolucionária. Cada um de nós não se educa politicamente deixando o campo de batalha entregue aos inimigos de classe. Derrotar Collor — não na trincheira que queríamos mas naqueles que a realidade nos impôs — tem inestimável valor tanto para reorganizar a resistência popular como para educar as fileiras de combate dos trabalhadores do ponto de vista político e ideológico.

Em alguns casos excepcionais é possível que a linha de boicote às urnas seja acertada. Mas como atitude geral, é prova de miopia política.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

* Da direção nacional do PCdoB

CALENDÁRIO PARCIAL PARA A REALIZAÇÃO DAS CONVENÇÕES

Mês/Ano	Data	Histórico	*da direção nacional do PCdoB
Dezembro/1990	20	Data limite para entregar as fichas de filiação ao Cartório Eleitoral, os Diretórios Municipais que farão as Convenções dias 26 e/ou 27 de janeiro de 1991 e 2 e/ou 3 de fevereiro de 1991.	
Janeiro/1991	15	Data limite para entregar as fichas de filiação ao Cartório Eleitoral, os Diretórios Municipais que farão as Convenções dias 16 e/ou 17 de fevereiro de 1991.	
Janeiro/1991	17	Os Comitês Municipais nos Estados: AC, AM, CE, DF, ES, GO, MT, PA, PI, SE, RJ, (MA) deverão publicar Edital de Convocação para a realização de Convenções Municipais.	
Janeiro/1991	25	Fixação pelos Diretórios Regionais, Comissões Diretoras Regionais Provisórias e Diretório Nacional do número de membros dos respectivos diretórios (máximo de 71).	
Janeiro/1991	25	Os Comitês Municipais nos Estados: AC, AM, CE, DF, ES, GO, MT, PA, PI, SE, RJ, (MA) deverão publicar Edital de Convocação para a realização de Convenções Municipais.	
Janeiro/1991	26-27	Convenções Municipais nos Estados: AC, AM, CE, DF, ES, GO, MT, PA, PI, SE, RJ, (MA).	
Fevereiro/1991	2-3	Convenções Municipais nos Estados: AC, AM, CE, DF, ES, GO, MT, PA, PI, SE, RJ, (MA).	
Fevereiro/1991	7	Os Comitês Municipais nos Estados: AC, AM, CE, DF, ES, GO, MT, PA, PI, SE, RJ, (MA), RS, SC, PR, SP, BA, AL, PE, PB, RN, MG, MS, RO, RR, AP, TO deverão publicar Edital de Convocação para a realização de Convenções Municipais.	
Fevereiro/1991	16-17	Convenções Municipais nos estados: AC, AM, CE, DF, ES, GO, MT, PA, PI, SE, RJ, (MA), RS, SC, PR, SP, BA, AL, PE, PB, RN, MG, MS, RO, RR, AP, TO.	
Fevereiro/1991	23-24	Convenções Municipais nos estados: RS, SC, PR, SP, BA, AL, PE, PB, RN, MG, MS, RO, RR, AP e TO.	
Fevereiro/1991	28	Os Diretórios Regionais de: RJ, SE, PI, PA, MT, GO, ES, DF, CE, AM, AC, (MA) deverão publicar Edital de Convocação para a realização de Convenções Regionais.	
Março/1991	7	As Comissões Diretoras Regionais Provisórias de: RS, SC, PR, SP, BA, AL, PE, PB, RN, MG, MS, RO, RR, AP e TO deverão publicar Edital de Convocação para a realização de Convenções Regionais.	
Março/1991	10	Realização de Convenções Regionais nos Estados: RJ, SE, PI, PA, MT, GO, ES, CE, AM, AC e (MA).	
Março/1991	17	Realização de Convenções Regionais nos Estados: RS, SC, PR, SP, BA, AL, PE, PB, RN, MG, MS, RO, RR, AP e TO.	
Março/1991	30-31	Realização da Convenção Nacional.	

Morte de palestinos eleva tensão no Golfo

Lejeune Mato Grosso*

As 21 mortes de palestinos ocorridas no último dia 8, em Jerusalém, decorrentes da investida das tropas do exército sionista de Israel sobre cidadãos que oravam na Esplanada das Mesquitas, fez elevar a já alta temperatura política na região do Golfo.

A questão palestina mais uma vez veio à tona, e volta ser o centro das atenções. Mais uma vez, Israel é condenado por unanimidade pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e, mais uma vez, esse país se recusa a cumprir uma resolução. Ainda que brando, o texto reafirma resoluções anteriores, em especial a 242 (de 1967), onde Israel é intimado a deixar os territórios ocupados da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. A ONU formou também uma comissão de alto nível, indicada pelo seu secretário-geral Javier Perez de Cuellar, para investigar os acontecimentos. Também a essa investigação Israel se recusa a se submeter.

Em um recente discurso de uma hora transmitido a todo país pela TV iraquiana, o presidente Saddam Hussein citou nominalmente a questão e a causa palestina, pelo menos 20 vezes. Isso é uma demonstração concreta (além de outras) de que a posição do Iraque hoje é de apoio aos

palestinos e à OLP, organização que desde o primeiro momento do conflito no golfo se postou ao lado dos iraquianos e contra o imperialismo norte-americano.

Episódios como o do massacre nas mesquitas de Omar e El-Aqsa são exemplos típicos do potencial de unidade que existe no povo árabe e do sentimento antiimperialista na região. Após as mortes dos palestinos, dirigentes da Síria, Egito e Arábia Saudita deram declarações de que os exércitos desses países não tomariam a iniciativa de atacar o Iraque e não apoiariam os EUA se estes o fizessem. Até o Emir do Kuwait, Jabr Al Sabah, no exílio, já deu declarações em favor dos palestinos.

Uma morte no Egito

Há vários fatores, citadas pelos analistas internacionais, que têm pesado no fato dos EUA ainda não terem iniciado formalmente a guerra no golfo. Entre esses fatores está a questão do domínio da tecnologia da guerra química por parte do Iraque; o grande, bem treinado e poderoso exército iraquiano; a questão da unidade do povo árabe (130 milhões); a própria estratégia de guerra, onde se sabe

que sem infantaria pesada e número sa, de nada adiantam uma boa aviação e marinha (a história das guerras no século XX mostra que sem exército, não se ocupa um território vencido); a perspectiva de atentados da guerrilha islâmica em todo o mundo contra alvos ocidentais e a questão do próprio teatro de guerra, o deserto (é bom que se diga que sem a guerra ter sido deflagrada, mais de 30 soldados americanos já morreram na região por motivos diversos, fazendo baixar ainda mais o moral das tropas americanas).

Em relação à possibilidade de atentados em todo o mundo, ela acaba de ser concretizada. No último dia 12, um grupo fundamentalista que se proclama de Libertação Islâmica executou o nº 2 da hierarquia do poder no Egito, o presidente do parlamento desse país, Rifaat Mahjoub. A sua morte foi um claro sinal para os governos árabes subservientes dos EUA de que outras atitudes extremadas poderão ocorrer. Isso serviu de alerta em especial para Hosni Mubarak, presidente do Egito, e para Hafez El-Assad, presidente da Síria.

A mídia pró-americana

Quem tem assistido aos noticiários

das televisões brasileiras, em especial aqueles que colocam no ar imagens captadas por satélites das TVs árabes, vê claramente que os jornais do dia seguinte conflitam com as imagens do dia anterior. As manchetes de primeira página — quando há — ou de página interna refletem muito pouco os acontecimentos no Golfo.

A resistência palestina é pouco destacada, ou apenas mostrada como atividade espontânea, ou de mulheres e crianças. As grandes manifestações de massa, as greves de trabalhadores convocadas pelas centrais sindicais árabes, quase nenhum destaque têm nos noticiários da imprensa. O próprio apoio popular ao presidente do Iraque em seu país e em outros países árabes não é noticiado.

Nesse sentido, a imprensa popular e operária, comprometida com os interesses dos trabalhadores em todo o mundo, tem papel especial a cumprir. Dar ampla divulgação aos fatos, fazendo uma análise do ponto de vista do proletariado, cobrir as manifestações que estão ocorrendo, mostrando a real história dos acontecimentos, é tarefa prioritária.

A perspectiva de guerra

Ainda que a batalha neste momen-

to tenha se transferido para os gabinetes diplomáticos, as perspectivas de guerra na região do golfo não estão descartadas. Declarações recentes da belicosa senhora Thatcher, primeira-ministra da Inglaterra, não deixam dúvidas. Se o presidente da França, François Mitterrand, após usar o termo "a lógica da guerra", no momento já dá demonstrações de cautela, a chefe do governo inglês declarou que "cada dia que as tropas iraquianas são mantidas no Kuwait constitui um ato de guerra". Sobre Saddam, Margareth Thatcher disse que "é preciso fazê-lo pagar por essas coisas (a invasão), de tal maneira que nunca mais seja capaz de repetir atos semelhantes" (12/10).

A própria Inglaterra enviou para o Golfo a sua divisão especializada para esse tipo de guerra, chamada de "raios do deserto", famosa desde a Segunda Guerra Mundial. O reforço de tropas inglesas na região, a presença de um destacamento da Legião Estrangeira francesa (o que pode significar guerra suja) e o reforço da infantaria norte-americana são claros sinais de que, se por um lado a diplomacia no momento tem se sobressaído, por outro as nações imperialistas preparam a guerra.

* Sociólogo, professor da UNIMEP e colaborador da Classe Operária



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

As raízes históricas da questão palestina

Lejeune Mato Grosso*

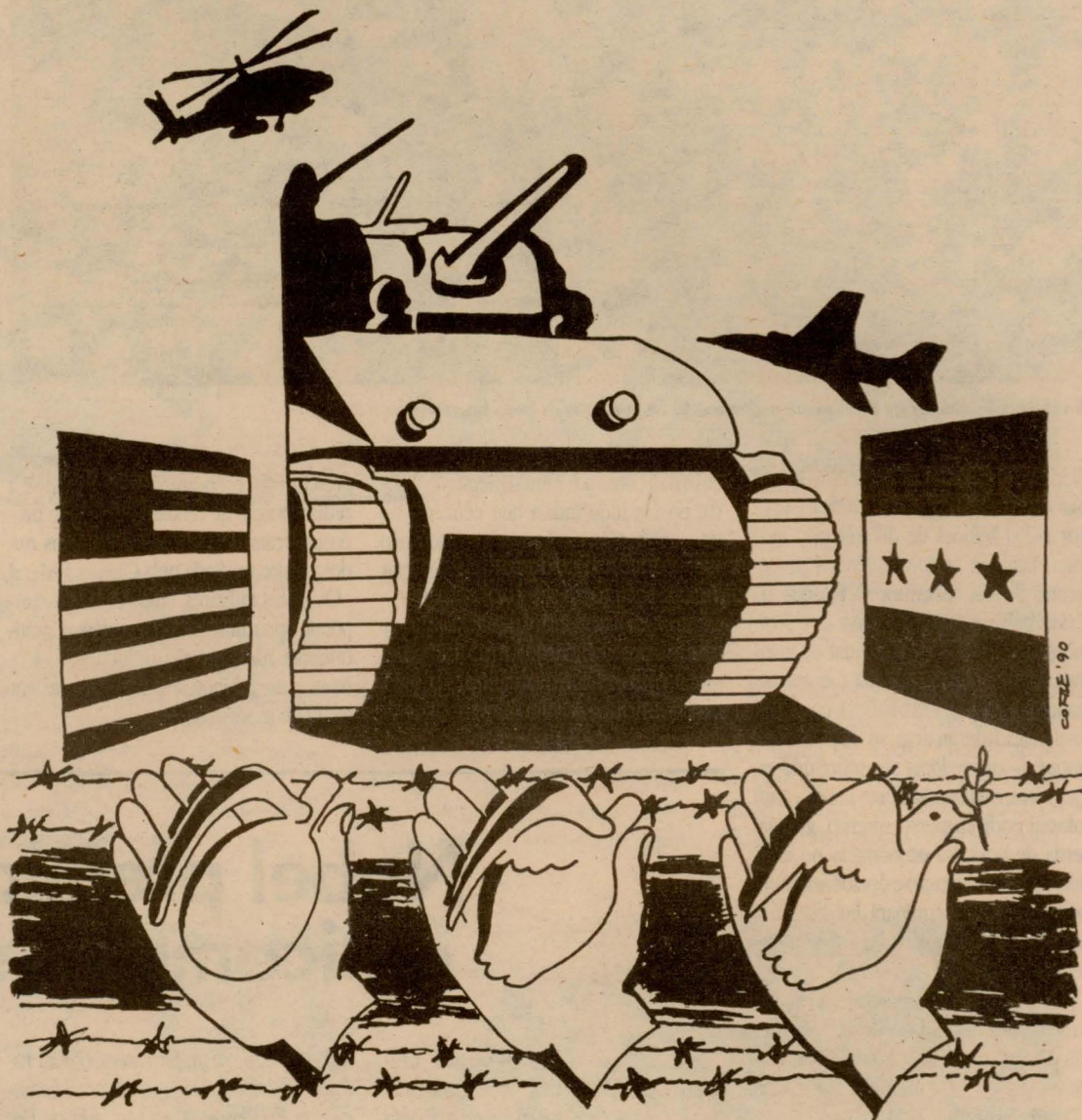
Desde tempos imemoriais, os palestinos vivem na região que hoje, do ponto de vista geopolítico, denomina-se Israel. Os povos semitas, que falam línguas semíticas, ocupam a região há pelo menos 6 mil anos. O nome dessa localidade era Canaã, daí antepassados dos palestinos serem também os cananeus (outros povos semíticos que lá se encontravam eram os mohabitas, amoreus, filisteus, etc).

Há quatro mil anos o antigo povo hebreu, de passagem pela região e liderado por Abraão, procurou a todo custo se estabelecer na Palestina, não obtendo sucesso. Por volta de três mil e trezentos anos atrás, liderados por Moisés ao deixar o Egito, os hebreus conquistam finalmente quase toda a região, organizando as suas 12 tribos, posteriormente unificadas por David, que se proclama rei dos judeus. Apesar dessa conquista, narrada no velho testamento por Josué como sendo a "fio de espada, nada havia ficado de pé...", os palestinos nativos nunca perderam a sua identidade, seus hábitos, costumes, tradições, língua, etc. não se descaracterizando como um povo.

Outras invasões

Após esse período, outras invasões ocorreram na região. Foram elas as dos assírios, dos caldeus, dos gregos (com Alexandre), dos sírios (sob o comando dos selúcidas) e finalmente dos romanos. A presença do antigo povo hebreu na região praticamente se extingue a partir do ano 70 da nossa era, quando ocorre a famosa diáspora, ou seja, os judeus se espalham por todo o mundo.

Após o império romano, veio o bizantino que durou até o ano de 611, e depois o muçulmano. Com o surgimento do islamismo, sob a liderança do profeta Maomé (Mohamed em árabe), começa a se edificar um conceito mais rigoroso, do ponto de vista sociológico, da construção de uma nação e de um povo árabe propriamente dito. A cidade de Jerusalém (Al-Qods em árabe), que já era considerada sagrada pelos seguidores das religiões judaica e cristã, passa a ser também, para os muçulmanos, uma das mais importantes (após Meca e Medina).



A questão islâmica

A unificação das nações árabes sob uma única liderança só foi possível com a ampla difusão da religião islâmica. Dizem a tradição e os escritos muçulmanos que em 634 da nossa era, o profeta Maomé ditou aos seus auxiliares mais diretos os preceitos básicos do islamismo, condensados posteriormente em um livro considerado sagrado pelos seguidores dessa religião, denominado de Al-Corão.

Assim, excetuando-se os breves intervalos entre os séculos XI a XIII, quando os cristãos conquistaram a Palestina através das suas cruzadas, o Império Muçulmano dominou grande parte do mundo entre os séculos

VII a XV. A Palestina, mais especificamente, teve governos árabes por mais de mil anos seguidos.

A questão religiosa acaba sendo uma questão fundamental para os povos que vivem na região, sejam eles judeus ou muçulmanos, pois ela exerce grande influência no cotidiano da vida dos seus seguidores (o cristianismo, uma religião que se ocidentalizou em demasia, acaba tendo uma influência bem menor).

Só para que se entenda as diferenças básicas dentro do islamismo, é bom que se diga que a grande maioria dos muçulmanos são sunitas, que defendem a separação do poder esta-

tal e da religião, ou seja, o líder religioso local nem sempre é também o líder político. Já entre os xiitas, prega-se que sempre deve haver uma coincidência entre o líder religioso e o comunitário.

A questão palestina hoje

O problema palestino, se é que podemos chamá-lo assim, arrasta-se sem solução desde pelo menos o começo do século. Seja com a famosa Declaração Balfour, na qual a chancelaria britânica prometia aos judeus que moravam na Palestina um território nas terras dos palestinos, seja com a política de migração forçada por

rida em toda a Europa decorrente das perseguições aos judeus após 1939, a verdade é que o problema se agrava em 1947.

Em novembro desse ano, a Organização das Nações Unidas - ONU - contrariando sua própria carta de constituição, vota e aprova a "criação" de um Estado judeu, que passaria a ser denominado Israel. E o que é pior: nas terras palestinas. Assim, em maio de 1948, Ben Gurion proclama a constituição formal desse Estado. Já nesse mesmo ano, os dirigentes do estado sionista declaram guerra aos árabes de toda a região e acabam ficando até mesmo com as terras dos palestinos que a ONU havia lhes "reservado". Ou seja, começa o expansionismo judaico-sionista.

Outras guerras já ocorreram na região, sempre envolvendo a questão da posse das terras e a discussão sobre a quem elas pertencem. A coisa é tão bizantina que os judeus, por terem passado pela Palestina há quatro mil anos, reivindicam como suas aquelas terras. Segundo o professor americano da Harvard University, Henry Cattán, em seu livro sobre direito internacional, seria alguma coisa como "os índios sherokees reivindicarem toda a América para si, por lá terem vivido tempos atrás".

Surge a OLP

Com o surgimento da OLP em maio de 64, tendo iniciado as suas operações militares em janeiro de 1965 e com a eleição de Yasser Arafat para a sua direção em fevereiro de 69, a dimensão da luta toma novos contornos.

A partir daí, é criado o Exército de Libertação Nacional — Al-Fatah, e são unificados os vários agrupamentos político-militares que defendem a criação do Estado palestino em território palestino.

A OLP defende, além da criação do Estado palestino, o estabelecimento de um poder popular, democrático-revolucionário, formado a partir da vontade soberana de todos os habitantes da Palestina, sejam eles pertencentes às religiões judaica, cristã, muçulmana ou ateus. A defesa do Estado democrático, laico, popular e progressista é uma das principais metas da OLP.

EUA: cai o crédito do governo

Recentes pesquisas indicam que a popularidade do presidente norte-americano, George Bush, vem sofrendo um rápido e acentuado declínio no país, com reflexos inclusive numa crescente desaprovação da conduta dos Estados Unidos no Golfo Pérsico — se em agosto apenas 15% da opinião pública estava contrariada com o envio de tropas à região, na primeira quinzena de outubro tal contingente havia dobrado, de forma que nada menos que 30% opõem-se à atitude belicista de Bush, conforme uma pesquisa realizada pelo New York Times e CBS News.

O motivo maior da insatisfação dos norte-americanos, entretanto, não se localiza na política externa, mas nos alarmantes problemas econômicos do país e relaciona-se particularmente com o déficit público e a política governamental visando reduzi-lo. Mais da metade dos que foram entrevistados na pesquisa (52%) desaprovam a condução da política econômica pelo atual governo republicano, sendo que 58% expressaram oposição às orientações de Bush em relação ao déficit orçamentário.

Erosão da autoridade

Combinados com outros indicadores da situação social e política do país, os índices das pesquisas mais recentes evidenciam uma gradual erosão da autoridade do governo norte-americano. Não custa lembrar que já nas eleições de 1988, que deram vitória ao republicano Bush contra o democrata Michael Dukakis, as abstenções alcançaram mais de 50% do eleitorado, enquanto as pesquisas mostraram que seis entre dez eleitores repudiavam as opções ditas pelos partidos que lideraram a disputa.

A desilusão do povo norte-americano com a democracia ofertada pelos monopólios do país tem raízes profundas. As últimas décadas do desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos significaram, entre outras coisas, um aumento brutal das desigualdades, do enriquecimento no topo da pirâmide social acompanhado da elevação de todos os indicadores de miséria — o número dos que são classificados oficialmente como miseráveis ultrapassa a casa dos 30 milhões atualmente.

Ao mesmo tempo, as formas com que se respondeu aos problemas econômicos do país — e em especial o modo de financiamento do déficit público no governo Reagan — acentuou os desequilíbrios estruturais do sistema, levando a um endividamento que aparentava não ter limites.

Conjugação de crises

Este ano registra a conjugação de vários desequilíbrios com o esgotamento do ciclo de relativa prosperidade e crescimento econômico, financiado por recursos externos. Assim, explode uma crise cíclica, com componentes de superprodução como no setor imobiliário, combinada com um quase colapso do sistema financeiro — devido ao acúmulo de créditos de alto risco e crescente inadimplência — e a necessidade de drásticos ajustes no setor pú-



A solução impopular de Bush prevê mais miséria aos miseráveis para preservar os ricos

blico, devido não só às dificuldades no financiamento do gigantesco déficit (superior a 200 bilhões de dólares por ano) como também às conseqüências provenientes de sua cobertura. O estoque da dívida pública anda pela casa dos 3 trilhões de dólares, a carga anual de juros superando o próprio déficit (e aproximando-se de US\$ 300 bilhões), com uma particularidade amarga ao imperialismo ianque — os credores são sobretudo estrangeiros, e o financiamento implica num colossal endividamento externo, gradual perda de posições econômicas no exterior, desnacionalização e decadência, num movimento que terminará liquidando a hegemonia norte-americana sobre o planeta.

A consciência da necessidade, e em certa medida inevitabilidade, de reduzir o déficit público não é muito nova. Data pelo menos de 1987, e com maior vigor após o "crash" da Bolsa de Nova York. Entretanto, todos os badalados "esforços" do governo Bush não são muito sérios, pelo menos a julgar pelos resultados — de US\$ 156 bilhões em 1987 o rombo saltou para mais de US\$ 200 bilhões e pode chegar a 300 bilhões de dólares neste ano.

Na era Reagan os governantes brincaram com as dificuldades, fizeram uma festa e convidaram Japão e Alemanha para pagá-la, ou melhor, financiá-la. "A aparente prosperidade da economia norte-americana nos últimos anos se sustentou numa montanha de dívidas. Creio que já é tempo da chamada *reaganomic* pagar sua conta", observou um alto executivo do Mitsubishi Economic Institute.

A proposta de Bush para controle do déficit prevê uma redução dos gastos que, combinada com uma modesta elevação da receita, reduza o déficit em 500 bilhões de dólares num período de cinco anos. Para as dimensões do rombo orçamen-

tário não chega a ser uma orientação ousada, porém tudo indica que nem mesmo este objetivo será alcançado. Ainda não se trata de uma forma séria de enfrentar o problema.

As contradições mais flagrantes presentes no aparente abandono do keynesianismo americano (que recomenda o aumento do déficit público para manter o

crescimento econômico) relacionam-se à redistribuição de rendas implícita na proposta orçamentária do governo, aliás ruidosamente rejeitada pela Câmara Federal. Os gastos militares, cujo volume corresponde aproximadamente ao déficit, praticamente não sofrerão reduções — acentua-se com a hipótese de um corte em torno de modestos 3%.

Bush também se nega a distribuir perdas aos ricos. No aumento de receitas previsto não consta elevação do imposto sobre a taxa de poupança privada e, portanto, sobre os investimentos e o crescimento econômico. Crescem, contudo, os impostos indiretos, sobre gasolina, cigarros e bebidas, principalmente, pagos pelos consumidores. Crescem, contudo, os impostos indiretos, sobre gasolina, cigarros e bebidas, principalmente, pagos pelos consumidores.

E não é só. Há cortes brutais sobre despesas com assistência e previdência social, especialmente assistência médica aos velhos e aos pobres. E cerca de 2 milhões de funcionários públicos federais estão ameaçados de demissão. O caráter de classe do governo e do sistema não poderiam ter expressão mais nítida do que na atual proposta orçamentária.

A vida impõe à sociedade americana uma redução de despesa e consumo, o padrão norte-americano de vida já é (praticamente) coisa do passado. O poder de intervir na distribuição de perdas, porém, faz o governo defender descaradamente os interesses que de fato representa — dos grandes monopólios, dos ricos. O resultado, inevitável, é a ampliação do divórcio entre povo e governo e a ressurreição de contradições sociais, no futuro provavelmente políticas, que estavam adormecidas e que os mais entusiastas da propaganda burguesa supunham definitivamente superadas nos países-sede do imperialismo.

Nobel premia o anticomunismo

Este ano colocou à mostra, mais uma vez, o caráter conservador e anticomunista do Prêmio Nobel da Paz, agora atribuído ao presidente soviético, Mikhail Gorbachev, num esforço para fortalecê-lo no próprio país e garantir certa tranquilidade no processo de coroamento da transição ao capitalismo da União Soviética.

Gorbachev não está mal acompanhado. Em 1973, quem ganhou o Nobel da Paz foi o norte-americano Henry Kissinger, que vive a soldo da indústria bélica dos EUA e, de 1969 a 1972, como secretário de Estado, foi um dos principais responsáveis pelos grandes bombardeios sobre o Camboja e Vietnã, ordenados pelo governo Nixon. O vietnamita Le Duc Tho, escolhido junto com Kissinger para dar maior credibilidade à farsa, recusou-se a receber o prêmio e denunciou a hipocrisia.

Já em 1978 o troféu foi concedido a Menachem Begin, então primeiro-ministro de Israel, líder do grupo terrorista Irgoun, entre 1942 e 1948, quando

sua profissão era praticar atentados na Palestina contra os que se opunham à fundação do Estado de Israel. Ao lado de Begin, Anwar Sadat, do Egito, também recebeu o prêmio, como reconhecimento de sua capitulação aos EUA em detrimento das causas defendidas pelo povo árabe e às custas de violenta repressão contra os opositores.

O prêmio a Gorbachev também não corresponde ao papel atual da política exterior soviética no mundo — que traduz, antes de tudo, uma reintegração ao sistema imperialista mundial e, particularmente, uma rendição aos Estados Unidos — e muito menos aos interesses e pontos de vista dos povos que habitam o combalido Império Russo. O fato mais proeminente da diplomacia de Gorbachev, hoje, é o sinal verde ao governo norte-americano no Oriente Médio, para que pratique livremente sua política imperialista contra os árabes.

Quanto à situação interna na União Soviética, é flagrante a desproporção entre

o que pensa o povo sobre Gorbachev e o papel a ele atribuído pelo Nobel. O líder revisionista enfrenta uma queda assustadora de popularidade, sendo que agora apenas cerca de 20% dos soviéticos depositam confiança em sua política.

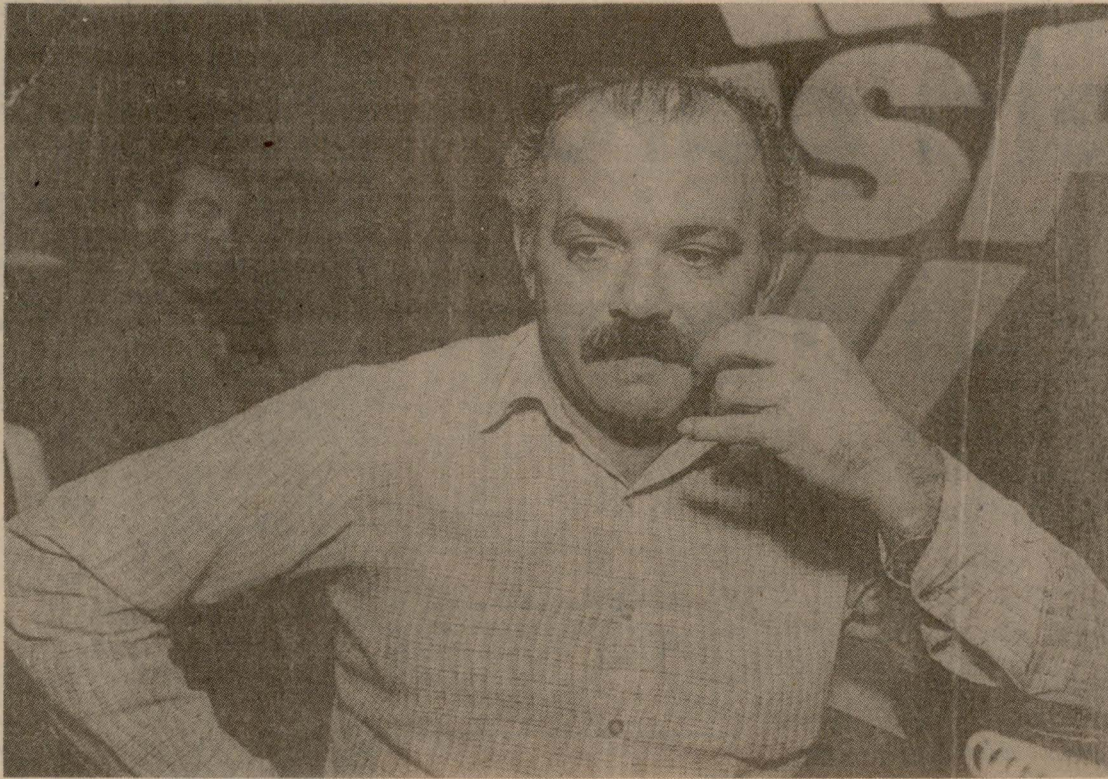
Sua autoridade moral e política naufragou, de forma que ele sequer consegue garantir o cumprimento de decretos presidenciais (como sobre o desarmamento das milícias nacionalistas) e enfrenta sérias dificuldades para impor o plano final de reestruturação capitalista. Mesmo o porta-voz oficial do ministério das Relações Exteriores da URSS reagiu com ironia à indicação para o Nobel da Paz: "não é certamente o Prêmio Nobel da Economia", disse. Já um mecânico, Oleg, entrevistado em uma das numerosas e extensas filas em frente de lojas soviéticas por dois jornalistas do "Los Angeles Times", declarou: "Não sei por que concederam a ele esse prêmio. O Ocidente vê Gorbachev como um traidor e opositor pelo que fez para nós, ele só tem empatia".

Novas conspirações de Medeiros contra o movimento sindical

Arquivo

Na guerra pela direção do sindicalismo de resultados, Luiz Antonio de Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), parte para fundar uma nova central sindical em março. Um dos primeiros objetivos é atingir a liderança do ministro Antonio Rogério Magri, esvaziando a sua Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), bem como a dirigida por Joaquinão, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

O outro objetivo de Medeiros é explorar os espaços não ocupados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e não aproveitados pelas CGTs. Para ele, "quem for melhor, mais capaz, fica". Outra pretensão sua é, com a nova central, reforçar o seu papel como um dos representantes dos trabalhadores nas negociações do chamado entendimento nacional.



Uma nova central sindical: Medeiros pensa fazer mais estragos

Medeiros: homem do governador

A nível estadual, Luiz Antonio de Medeiros conta com o apoio de Quêrcia para as suas armações ilimitadas contra o sindicalismo sadio, de luta. Há um ano, ele promoveu a criação do Instituto Brasileiro de Estudos Sindicais (Ibes) para realizar a formação de novos sindicalistas. Claro está que isso significa uma verdadeira academia de pelegos em série. Municiados com as idéias podres do sindicalismo serviçal, podem servir de reforço à luta dos patrões e conservadores em geral para barrar conquistas do sindicalismo classista. A direita sindical fomenta a conquista ou retomada de sindicatos sob direção cutista, daí a preocupação de produzir novos quadros.

Desde o dia 12 do mês passado, o Ibes conta com a ajuda de um convênio com a Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social, no valor de Cr\$ 8,34 milhões, para custear a sua implantação até julho do ano que vem.

Parte dos recursos Medeiros já abocanhou. São Cr\$ 4,17 milhões para cobrir gastos com apostilas, produção de filmes e vídeos para os cursos. Tudo como o diabo gosta. Além disso, cabe notar que a proposta de Luiz Medeiros ao governo do Estado passou pelo secretário do Trabalho, Joa-

quim Bevilacqua, e pelo governador sem sofrer nenhum reparo. Segundo Bevilacqua, o Estado tem interesse na organização dos trabalhadores em sintonia com a intenção do governador.

Namoro explícito com o Palácio do Planalto

Para se livrar da pecha de traidor do movimento sindical, Medeiros

também procura atrair para sua área de influência setores de centro e centro-esquerda. Isso, no seu raciocínio, melhora sua imagem, poder de alcance e, quem sabe, promoveria dificuldades para a CUT.

Quanto a Medeiros e seus iguais, não se pode ter ilusões. O objetivo, insistimos, é arrasar a luta do sindicalismo autêntico, braço dos verdadeiros patriotas, anticapitalistas que querem os trabalhadores no poder. Seus planos caminham em sintonia com os de Collor. Há um namoro descarado, público, entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e o Palácio do Planalto. Medeiros enfartado, foi merecedor de duas visitas do presidente dos marajás. Collor investe num São Paulo dócil. O Brasil passa por aqui. Collor sabe disso; não é à toa que no campo político joga pesado para ver Salim Maluf governador. É um desejo que nenhum gênio da lâmpada ousaria concretizar. Mas Collor não é gênio, porém também não é bobo.

No campo sindical, o presidente das Medidas Provisórias investe no sindicalismo de resultados. Aposta no trapalhão Magri, mas não descuida de Medeiros. Se a propalada central vingar, sua pretensão será se contrapor à Central Única. Esta, por sua vez, deve de imediato denunciar os planos sórdidos e entreguistas do governo federal e seu aliado Medeiros contra os interesses dos trabalhadores.

Campo em greve sacode PE

A greve dos cortadores de cana de Pernambuco durou onze dias e teve um desfecho pungente: reivindicava-se um aumento salarial de Cr\$ 6.692 para Cr\$ 19.000, mas o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), pela estúpida diferença de apenas um voto, elevou o salário para pouco mais de 10 mil cruzeiros.

Os patrões, irredutíveis, mantiveram até o fim a exigência de negociação em separado: de um lado, trabalhadores com usineiros e de outro, os mesmos trabalhadores com os fornecedores de cana. Não houve entendimento e o julgamento foi instaurado.

Centenas de camponeses, durante toda tarde do dia onze e parte da noite, acamparam em frente ao prédio do tribunal sob os olhares circunspectos das viaturas de polícia. E no final, só a melancolia de voltarem para casa sem a notícia do esperado

aumento. Os juízes julgaram o aumento com base na Medida Provisória 230, já por si de duvidosa constitucionalidade, concederam a garantia de que o salário será superior em 10% ao mínimo, e a estabilidade de 110 dias. E mesmo assim, os proprietários dos engenhos prometem recorrer da decisão.

Há algo de podre por baixo das togas forenses. Desde 1979, quando os trabalhadores retomaram a pujança de lutas passadas, que as greves da Zona da Mata obedecem rigorosamente o ritual da lei, coisa que vem se tornando enfadonha. Mas, logo em seguida à proclamação de sua decisão, o tribunal sentenciou que a paralisação devia terminar no sábado seguinte, ficando só a sexta-feira para que os sindicatos comunicassem aos associados o fim da greve, do contrário os dias parados seriam descontados e a estabilidade perderia seu efeito. A farsa da imparcialidade caiu por terra.

Quatro séculos de latifúndio

No tribunal, um dos juízes, ao ponderar com certa simpatia pelo pedido de fornecimento de refeições diárias no local de trabalho, solicitou ao proprietário da Usina Pumaty sua opinião, uma vez que o mesmo havia implementado a prática das refeições nos engenhos de seu estabelecimento. O usineiro não perdeu a chance e declarou que foi apenas a título de experiência e que não dera certo, pois os trabalhadores, depois do almoço, sentiam sono a iam para casa dormir!?! Não deu outra: o pedido foi riscado da pauta.

Contudo, dos 66 pedidos da pauta dos camponeses, nem todos foram negados. Reivindicações como salário doença, proibição de falsos empregados na contratação dos serviços, pagamento do 13º salário em data convencional, fim da violência por parte dos administradores dos

transporte coletivo seguro e distante das ferramentas de trabalho, água potável no local do corte, construção e manutenção de moradias em alvenaria, são itens acordados e dados com a pompa de lei pelo TRT. Só que os anos passam e a literatura oficial vira letra morta; nada é cumprido. Os proprietários de terra estão bem acomodados nos quatro séculos do latifúndio...

A greve durou onze dias e mostrou episódios de muita resistência. No município de Itaquitinga, o gerente da Usina Matary, mesmo tendo chamado a polícia, foi incapaz de conter a ação de oitenta camponeses; estes barraram a entrada de todos os caminhões que traziam gente de fora para substituí-los no corte. E em Palmares, Amaraji e Vicência, capangas armados de espingarda calibre 12 não conseguiram o recuo dos piquetes. Só na cidade de Palmares, 26 caminhões de bóias-frias foram barrados pelos camponeses. (Marco Albertini, colaborador da Classe em PE)

POLÊMICA:

Arte: uma janela para a sabedoria

Carlos Pompe*

Na edição nº 50, de 31 de agosto último, a *Classe* publicou um artigo polêmico de José Carlos Ruy, "Cinema: janela para os céus ou abertura para os homens?". Escrito com inteligência e complexidade, o artigo deu o que falar, levando inclusive à manifestação, por carta, de discordâncias com as idéias de Ruy. Quero, aqui, colocar também a minha opinião sobre o assunto, que acredito ser de grande importância e merecedor de um debate bem mais aprofundado, através das páginas deste jornal e por outros meios.

Ruy começa seu artigo com uma pergunta intrigante: "A arte é uma forma racional de conhecimento e de transformação do mundo, ou é um método para atingir o que está além dos sentidos e da razão, e valorizar a beleza como algo em si, afastado dos homens?"

Arte e ciência servem para tornar mais simples a vida dos homens

Creio que a pergunta é, por si, limitativa. Poderia levar a uma resposta simplista, afirmando-se peremptoriamente a sua primeira parte, ou a segunda, a depender o ponto de vista de quem o faça.

Forma racional de conhecimento e de transformação do mundo é, também, a ciência. E, no entanto, arte e ciência não são uma mesma coisa. Ambas servem para tornar mais simples a vida do homem, visando sua diversão e sua subsistência. Mas a arte é um elemento da superestrutura, na sociedade dividida em classes, que cumpre objetivos específicos, e tem suas particularidades.

Digo na sociedade dividida em

classes, porque na sociedade primitiva, sem classes, o trabalho não era dividido entre intelectual e físico, e a arte não era uma forma específica e peculiar da consciência humana.

Brecht já lembrava que a arte precisa também ser diversão

Marx advertia que não é possível a conurposição mecânica entre inteligência e sensibilidade no ser humano. "Na prática, os sentidos se tornaram teóricos", afirma nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*, lembrando que o ouvido sensível à música só é possível ao ser humano, que ouve diferente dos outros seres vivos. Na produção artística, é evidente que a ciência é utilizada. Mas de uma maneira particular, levando a uma percepção diferenciada da realidade (diferenciada daquele mostrada pela ciência). "Por mais que possa haver conhecimento em uma poesia, é preciso que esteja inteiramente revertido em poesia. Sua utilização aproveita exatamente à diversão, que é proporcionada pela arte poética. Aliás, mesmo quando não servem a esta diversão proporcionada pela ciência, uma certa inclinação no sentido de um aprofundamento na natureza das coisas, um desejo de fazer com que o mundo seja dominado pelo homem são necessários em uma época de grandes descobertas e invenções, para que se possa assegurar o prazer dado por sua literatura", escreveu Brecht em "Teatro de diversão ou teatro pedagógico".

É importante ressaltar a valorização que Brecht dá ao fato do conhecimento proporcionado pela arte ser também diversão, e que seja transmitido de forma artística. "O poeta

Casablanca: o exemplo de como uma história banal pode resultar em obra de arte

não é obrigado a dar já pronta ao leitor a solução filosófica futura dos conflitos sociais que descreve", aconselhou Frederick Engels à romancista Minna Kautsky.

Difícil ver Casablanca apenas como "banal história de amor e guerra"

Esses considerandos levam em conta, também, a crítica que Ruy faz a alguns filmes em seu artigo. Em especial *Casablanca*, *A rosa púrpura do Cairo* e *Sociedade dos poetas mortos*. Em primeiro lugar, em especial, as artes plásticas e o cinema padecem do que Lênin chamava de "dependência dissimulada (ou que se trata de dissimular hipocritamente) em relação à bolsa de dinheiro". A época do cinema com "uma câmera na mão e uma idéia na cabeça" foi fugaz. Os investimentos necessários são monumentais. O domínio da burguesia beira ao absoluto... e mesmo assim surgem obras progressistas, que abordam a realidade de maneira criativa e arguta. Aqui, temos a questão do realismo. Mas a nossa concepção de realismo deve ser ampla, e não limitadora.

Nas condições do capitalismo, o realismo crítico é uma forma absolutamente avançada de produção artís-



tica, mesmo que o artista não aponte para o público "a solução filosófica futura dos conflitos sociais que descreve". O poeta Moacyr Félix chega a afirmar mesmo que "o pensamento criador é sempre crítico, e por ser crítico é sempre contra o conservadorismo da 'ordem' existente, ou seja, é sempre subversivo".

Difícil pensar em *Casablanca* apenas como uma banal história de amor e guerra produzida em 1942. Me vem à cabeça, por exemplo, a força da personagem feminina, vivida por Ingrid Bergman. Ou o conflito interno vivido pelo personagem de Bogart — e solucionado de forma progressista (ao final do filme, ele adere à resistência ao nazismo). Quanto ao fato da história banal... bem, uma história banal pode resultar numa obra de arte. "Arte é ocultar a arte", afirmava Ovídio.

Também preciso de muito exercício para pensar na saída do professor John Keating, do *Sociedade dos poetas mortos*, como algo que se esgote na opção individual. A sua própria existência, passando para os alunos, mais do que o conhecimento sistematizado, o desejo do conhecimento,

rompe com a barreira do individualismo, embora também aqui não aponte para a construção de uma nova sociedade. Quanto à *Rosa púrpura do Cairo*, vejo o filme como uma obra que inclusive critica a fuga do real pela arte (pelo cinema, onde a personagem de Mia Farrow se refugia de seus dramas).

Ruy critica a arte real, que, mesmo em tempos duros, sensibiliza e é bonita

É a arte real, produzida hoje pelos homens de hoje. Uma produção da qual, creio, podemos nos orgulhar. Faz parte do patrimônio humanístico de nossa época. Uma época cruel demais, onde impera um confusãoismo ideológico e um embrutecimento dos sentidos. Mas que mesmo assim produz coisas bonitas, que nos sensibilizam, nos ajudam a resistir. E nos dão conhecimento, alento e diversão.

Colaboração de Classe

Operários têm de entrar na disputa ideológica

Nós, trabalhadores das fábricas, temos que rever nossa posição, que era de vanguarda da luta de classe e hoje é de espectadores da ofensiva ideológica desencadeada pela direita. A burguesia está nos envolvendo rapidamente, e nem as centrais sindicais e partidos que estão do nosso lado conseguem respostas a curto prazo para nos tirar deste marasmo sufocante. Por isso eu vejo que é mais que urgente o investimento nas organizações de base, células, núcleos, onde reside nossa verdadeira força.

Os barões detentores dos meios de produção estão conseguindo o que raras vezes se conseguiu por tanto tempo: explorar até as últimas forças físicas e mentais da "plebe" e ainda fazê-la sentar à mesa no tal "pacto", para resolver os problemas criados pela exploração. Segundo os cristãos primitivos e Gandhi, isso seria um ato digno da aprovação de Deus e uma passagem para o reino dos céus, mas na minha avaliação isso aqui vai explodir muito antes; a fome vai bater primeiro à porta.

Certamente há também exemplos positivos. Os operários da Companhia Siderúrgica Nacional tomaram a empresa, com arrojo e organização de base. A Ford mais uma vez escreveu seu nome na história da luta de classe. Também temos alguns exemplos na Volkswagen, pequenos no seu impacto mas grandes em seu sentido. Foi o caso da invasão do departamento de RI (relações industriais) pelas valorosas companheiras mulheres, que se viam ameaçadas de perderem o direito à creche na empresa.

Por isso é obrigação da vanguarda operária das fábricas municiar ideologicamente todas as pessoas que sofrem essa situação injusta e suja. É preciso criar uma consciência voltada para o socialismo. E se para alcançar a liberdade e a justiça for necessária uma revolução, que assim seja. O povo não pode suportar mais que alguns pulhas façam o que fez Paulo Maluf no caso das ossadas do cemitério de Perus, e ainda venham dizer que são

trabalhadores. (Um metalúrgico da Volkswagen de S. Bernardo do Campo, SP).

S. Paulo precisa apurar com rigor o caso Perus

A descoberta das ossadas de presos políticos no cemitério Dom Bosco mostra às claras os podres da ditadura militar. Cabe às forças democráticas, progressistas e populares, e ao povo em geral, exigir que se faça uma investigação rigorosa, para chegar aos culpados e assegurar sua condenação.

É cabe à CPI que foi instalada na Câmara Municipal de S. Paulo ter uma postura firme, não vacilar um momento sequer nesta questão. É preciso em especial convocar para esclarecimentos as pessoas que na época estavam à frente da administração pública.

Fica a minha solidariedade aos familiares de presos políticos desaparecidos, que estão ansiosos pela identificação das ossadas de seus entes queridos. Tenho esperança que o povo saberá impedir que episódios como este se repitam, e caminhará na construção de um país livre, democrático e socialista. (Mário Carneiro dos Santos, Guarulhos, SP).

A luta de classes acabou mesmo, sr. Weffort?

A "Folha de S. Paulo" publicou em 27/8 entrevista com Francisco

Weffort onde ele afirma que a luta de classes está superada nos países modernos e a caminho de superação no Brasil. Segundo ele, o marxismo enquanto um sistema teórico integral não se sustenta mais. Ainda nesta mesma entrevista, ele defende a "integração americana" proposta pelo presidente dos EUA, George Bush.

O sr. Weffort afirma que o Brasil está a caminho da superação da luta de classes, mas observamos o seguinte. A economia brasileira é a oitava do mundo ocidental; existe um parque industrial relativamente avançado; há grandes reservas minerais, etc. Contraditoriamente, a miséria do nosso povo aumenta a cada dia. Somos 20 milhões de analfabetos, 30 milhões de miseráveis, milhões de desempregados e aqueles que continuam trabalhando vivem sob um arrocho salarial sem precedentes.

Conforme relatório do Banco Mundial divulgado recentemente, somos o terceiro país do mundo na desigualdade social. Só existem em piores condições que o Brasil duas pequenas nações: Honduras e Serra Leoa. Segundo o relatório, de 1980 para cá aumentou em 50% o número de miseráveis em nosso país. Ainda de acordo com aquele relatório, o Brasil não perderia nada se tomasse aulas de distribuição de renda com a Indonésia, Malásia e Tailândia.

Sugiro ao Sr. Weffort que consulte dados como estes antes de emitir juízos apressados. Sugiro também que ele avalie com mais cuidado seus pontos de vista sobre questões como a "unidade americana" sob liderança dos Estados Unidos. Para continuar levando vantagem com o comércio de petróleo e garantir seu fornecimento, os EUA, juntamente com outras potências, declararam boicote econômico ao povo iraquiano. Gastam bilhões de dólares com objetivo de impor seus interesses aos povos do mundo. É desse tipo de aliado que nosso país precisa pra construir uma sociedade mais justa?

Tenho claro que a luta de classes não tem barreiras. Ela pode se aguçar mais ou menos em determinados momentos. E viva o marxismo. (Euclides Fagundes Neves, diretor do Sindicato dos Bancários da Bahia, Salvador, BA).

A ONU esquece os povos, para servir ao imperialismo

A ONU está servindo mais aos interesses do "Primeiro Mundo" do que aos interesses árabes e dos demais povos do "Terceiro Mundo".

Foi a Inglaterra que criou o Emirado do Kweit, por seu exclusivo interesse econômico.

A União Soviética agora se une

aos americanos porque sua economia está em frangalhos, o que não deixa de ser humilhante para quem se tornou superpotência graças ao socialismo marxista-leninista. (Walter Grade, Londrina, PR).

Pela obrigatoriedade do diploma de jornalista

Mais uma vez volta à discussão a questão da extinção do diploma de cursos como o de jornalismo, economia, arquitetura e outras profissões que não afetam a vida humana, como forma de enfraquecer as instituições de ensino e a força do sindicalismo brasileiro.

O governo tenta, mais uma vez, dar um golpe baixo e sujo querendo fazer voltar esta discussão que foi vetada na Assembléia Nacional Constituinte, quando alguns jornais tipo "Folha de S. Paulo" empreenderam uma verdadeira campanha contra o diploma destas profissões já citadas, como a de jornalista, sendo barrados pela pressão feita através das entidades e dos movimentos da sociedade.

Agora o próprio Ministério do Trabalho está envolvido diretamente com o assunto, e novamente o jornal "Folha de S. Paulo" se volta para ele, publicando matéria de página inteira, com grande destaque reforçando o seu "lobby", na semana passada.

É necessário esclarecer que o governo e alguns setores da área de comunicação, que lançam mão de argumentos tais como os de que o diploma não dá formação profissional, e que o profissional se forma no baten-te, esquecem da formação humanística que a universidade proporciona, e que estamos vivendo num país atrasado.

Nós, jornalistas e profissionais ligados à área, temos que nos mobilizar para que argumentos como estes sejam derrubados e nunca mais voltem a fazer parte de discussões no Congresso Nacional. O difícil será convencer nossos deputados eleitos, já que a maioria é conservadora e reza pela cartilha do governo. (Olívia de Cássia, Maceió, AL).

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA" UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome
 Endereço
 CEP Cidade Estado
 Profissão

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO

Assinatura trimestral: Cr\$ 300,00
 Assinatura semestral: Cr\$ 600,00

Preencha hoje mesmo este cupom e envie cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.

A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas.
Editor: José Reinaldo Carvalho
Redação: Antonio Martins, Irasson Cordeiro Lopes e Umberto Martins
Diagramação e Arte: José Luis Munuera Reyes
Centro de Documentação: Joana D'arc de Sousa
Administração: Sandra Mateus
Secretária: Márcia Medeiros
Assinaturas: Cláudia Medeiros
Fotografia: Agência Fóton
Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista CEP 01318 — São Paulo/SP
Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-32133
Fax: (011) 36-4104
Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Ladeira do Brito, 72 — fones: (082) 221-4634 e 221-4728, Maceió; AMAPÁ — Av. Antônio G. Tocantins, 47, CEP 68900, fone: (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Luiz Anthony, 762, CEP 69000, fone: (092) 232-3881, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ — Rua São Paulo, 1.037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGS 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS — Rua Parnaíba, 355, CEP 74000 fone: (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Desantanhina, 194 CEP 65000, fone: (098) 229-5200, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548, fundos, CEP 78030, fone: (065) 321-5095, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2.500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARA — Rua 3 de maio, 1834, CEP 66800, FONE: (091) 229-5200, Belém; PARAÍBA — Rua Almeida Barreto, 273, CEP 58020, fone: (083) 222-4413, João Pessoa; PARANÁ — Rua Marechal Deodoro, 1.161, Centro, fone: (041) 263-2048, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ — Rua Desemb. Freitas, 1.216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1608, CEP

RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuza, 99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — R. Tenreiro Aranha, 2.122, CEP 78.900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Álvaro Maia, 165, B. Aparecida, CEP 69300, Boa Vista; SANTA CATARINA — Rua Júlio Moura, 34, CEP 88010, fone: (0482) 22-1927, Florianópolis; SERGIPE — Rua do Lagarto, 807, CEP 49015, Aracaju. A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.

Composição, montagem, fotolito: Paz Fotocomposição e Fotolito Ltda. — R. Frederico Steidel, 257 Sta. Cecília CEP 01225 São Paulo/SP fones: (011) 222-0941/222-7330 Impressão: Gráfica Jorjés — fone: (011) 815-4999

Fundação Maurício Grabois

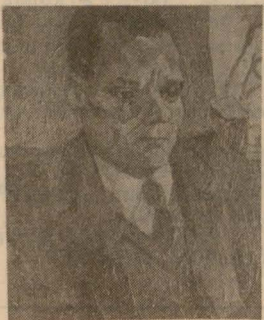
Da obra do escritor italiano Alberto Moravia, falecido aos 82 anos em Roma, no dia 26 de setembro último, diz-se que os temas principais são o sexo, a decadência burguesa, o tédio e a corrupção. O Santo Ofício o incluiu por isto em seu Index em 1952, classificando seus livros de imorais e obscenos. Mas o tema central de seus romances, contos e novelas, é a sensação de poder dada pelo dinheiro e a perversão por ele provocada.

Num tenso capítulo de "A Romana" (leia nesta página trecho do Sexto Capítulo), junto com "Os Indiferentes", seus romances principais, a prostituta Adriana ataca a mãe por ter ela recebido dinheiro de seu "freguês", o funcionário fascista Astarita. Em "Os Indiferentes", o aproveitador Leo, amante da burguesa Mariagrazia, usa a filha desta, Carla, para aposar-se da fortuna da família. Mas esta característica moraviana está mais presente em "O Tédio". Dino, pintor de 35 anos, compreendendo a inutilidade de seu trabalho, entrega-se ao tédio e apaixoa-se por Cecília.

O uso que Dino faz do dinheiro para conquistá-la, termina por mostrar que se ele representa poder, é impotente diante dos sentimentos. Dino, que tentara o suicídio, acaba por compreender isto e volta a pintar. Moravia, nascido em 26 de novembro de 1907, de família romana abastada (o pai era arquiteto), fez com suas obras (55 livros em vários gêneros) o que o neo-realismo elaborou com seus filmes: detectou a decadência e a corrupção da sociedade italiana no período do fascismo, presente com todas as cores em "O Conformista".

Sua obra de estréia, escrita aos 22 anos e publicada em 1929, "Os Indiferentes", analisa a indiferença com que a burguesia italiana assistiu à ascensão de Mussolini ao poder em 1922. Embora Moravia negue quaisquer pretensões político-sociais neste romance, ele iria marcar toda uma época na literatura italiana, antecedendo alguns temas do existencialismo, como a náusea, a desatenção e o tédio, reelaborados com maior profundidade por Jean Paul Sartre e Albert Camus, anos mais tarde.

"O primeiro fato mais importante de minha vida foi minha doença (foi acometido de tuberculose ós-



PROSA & VERSO

Alberto Moravia A Romana

Mais de uma vez, naquele período, percebi estar sendo seguido na rua por Astarita. Isso acontecia bem cedo de manhã, quando ia aos estúdios. Em geral Astarita esperava que eu saísse, parado num vão dos muros, do outro lado da rua. Nunca atravessava a rua, e, enquanto eu andava rápido, rente às casas, em direção à praça, ele do outro lado limitava-se a me acompanhar mais lentamente, ao longo dos muros. Olhava para mim e isso parecia bastar-lhe, como acontece às vezes com homens tão apaixonados quanto ele. Assim que eu chegava à praça, ele ia para o abrigo da parada de bonde diante do meu. Continuava a observar-me, mas bastava eu lhe dirigir o olhar para que se atrapalhasse todo e fingisse perscrutar a rua à procura do bonde. Nenhuma mulher pode permanecer indiferente diante de um amor como esse, e embora eu estivesse firmemente decidida a nunca mais falar com ele, sentia às vezes uma lisonjeada compaixão por ele. Depois chegava Gino (seu noivo, NR), ou chegava o bonde, dependendo dos dias, eu subia no carro ou no bonde, e Astarita ficava debaixo da marquise, olhando para mim, que me afastava e desaparecia.

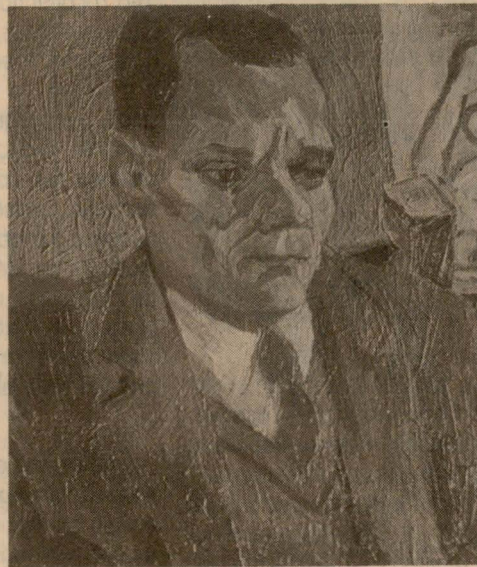
Numa daquelas noites, voltando para o jantar, ao entrar na sala deparei com Astarita, de pé, chapéu na mão, encostado à mesa, conversando com mamãe. Vendo-o na minha casa, e pensando no que poderia dizer a mamãe a fim de convencê-la a intervir em seu favor, esqueci toda compaixão e, furiosa, perguntei: — Que é que você está fazendo aqui?

Ele me olhou e voltou-lhe ao rosto aquela expressão congestionada e trêmula que tivera no carro a caminho de Viterbo, ao dizer que gostava de mim. Mas dessa vez não consegui sequer falar. Este cavalheiro diz que a conhece — começou mamãe com ar confidencial —, queria vê-la...

Pelo tom dela compreendi que Astarita tinha-lhe falado justamente como eu temia, e, quem sabe, talvez lhe tivesse até dado dinheiro. — Você, por favor, saia — disse a mamãe. Ela assustou-se com minha voz quase selvagem e sem dizer uma palavra saiu pela porta da cozinha. — Que é que você está fazendo aqui?... Vá embora — eu disse. Ele me olhou, pareceu mexer os lábios, mas não disse nada. Seus olhos encobertos pelas pálpebras estavam quase revirados, e pensei que pudesse até desmaiar. — Vá embora — repeti com voz alta e forte, batendo o pé no chão —, ou então chamo alguém... chamo um amigo nosso que mora aqui embaixo.

Depois disso, perguntei a mim mesma várias vezes por que Astarita não me chantageou pela segunda vez, ameaçando-me, se não cedesse, de contar a Gino o que acontecera em Viterbo. Agora tinha maiores probabilidades de sucesso do que da primeira vez, porque realmente tinha-me possuído e havia testemunhas e eu não poderia negar. E cheguei à conclusão de que da primeira vez me desejava somente, enquanto da segunda me amava. O amor quer ser retribuído, e Astarita, amando-me, certamente sentiu toda a insuficiência de uma posse como a daquele dia em Viterbo, em que me entreguei muda e inerte, semelhante a uma morta. Por outro lado, dessa vez estava decidida a deixar estourar a verdade: afinal, se Gino me amava, teria que me entender e perdoar. Minha determinação certamente convenceu Astarita da inutilidade de uma segunda chantagem.

Diante da minha ameaça de chamar gente, não



Retrato de Alberto Moravia por Renato Guttuso

respondeu. Mas, arrastando o chapéu pela mesa, encaminhou-se para a porta. Na ponta da mesa, parou, abaixou a cabeça, como se juntasse forças pra falar. Mas, quando levantou novamente os olhos para mim e mexeu os lábios, a coragem pareceu faltar-lhe mais uma vez e ficou mudo, olhando-me. Esse segundo olhar me pareceu muito demorado. Em seguida, com um gesto de despedida, saiu fechando a porta atrás de si.

Fui logo procurar mamãe na cozinha, e perguntei-lhe com raiva: — Que é que você disse para aquele homem?

— Eu? Nada — respondeu assustada — Perguntou qual era o nosso trabalho... disse que queria que eu fizesse umas camisas para ele.

— Se você for à casa dele pegar a encomenda, eu mato-a gritei.

— Ela me olhou atemorizada e respondeu: — Mas ninguém vai... pode mandar outra fazer as tais camisas.

— E não lhe falou de mim?

— Perguntou quando é que você ia casar.

— E você, o que foi que respondeu?

— Que você ia casar em outubro.

— E não lhe deu dinheiro?

— Não, por que? — Olhou-me com falsa surpresa. — Devia dar-me.

Pelo tom da voz, tive certeza de que Astarita lhe tinha dado dinheiro. Pulei em cima dela e a agarrei por um braço com força: — Conte a verdade... Deu-lhe dinheiro?

— Não... não me deu nada.

Ela conservava a mão no bolso do avental. Agarrei-lhe o pulso com violência terrível, e, junto com a mão, saiu do bolso uma nota dobrada em dois. Embora eu continuasse agarrando-a, ela dobrou-se e apanhou o dinheiro com tal avidez e tal ciúme que de repente minha raiva acabou. Lembrei-me da perturbação e da felicidade despertados em mim por aquele outro dinheiro de Astarita no dia do passeio a Viterbo, e senti que não tinha o direito de condenar mamãe por ter os mesmos sentimentos e ceder às mesmas tentações que eu. Teria preferido não saber, não ter visto a nota. Limitei-me a comentar com voz normal: — Está vendo que deu? — e, sem esperar explicações, sai da cozinha. No jantar, por algumas alusões, percebi que ela estava com vontade de falar de Astarita e do dinheiro. Mas mudei de assunto e ela não insistiu.

sea aos nove anos de idade e dela só se recuperou aos dezessete). O segundo foi o fascismo... Atribuí muita importância à doença e ao fascismo porque em virtude deles fui obrigado a passar por situações e a fazer coisas que de outra maneira não teria passado nem feito (...)" explica, lembrando os cinco anos em que esteve preso a uma cadeira e uma cama devido à tuberculose e aos 16 anos em que o fascismo censurou e confiscou sua obra, obrigando-o a escrever roteiros e críticas cinematográficas e reportagens com pseudônimos.

Em 1943 iria, após a queda de Mussolini e a ocupação da Itália pelos nazistas, refugiar-se em Fondi, interior italiano, onde a convivência com o povo lhe permitiria escrever a coletânea de mais de 100 contos chamada "Contos Romanos". É desta época a introdução em seus escritos de personagens do povo, como em "A Romana" e "Duas Mulheres" (1957). Não são mais os burgueses enfatiados e decadentes, mas a luta pela sobrevivência de gente comum.

Seus romances, que alcançaram grandes tiragens na Itália, foram filmados por diretores famosos, como Jean Luc Goddard ("Desprezo"), Mauro Bolognini ("Os Indiferentes") Bernardo Bertolucci ("O Conformista") e com resultados excelentes como ocorreu com "A Doce Vida", um clássico dirigido por Federico Fellini. Entretanto sua visão do cinema era de crítica: "A inspiração da gente torna-se rançosa, quando se trabalha no cinema — e, o que é pior ainda, a mente da gente se acostuma para sempre a procurar truques e, ao fazê-lo, acaba por arruinar-se, por destruir-se (...)"

Em seus últimos dias, vivendo com sua terceira esposa, Carmen Llera, Moravia fazia palestras sobre sua obra e começava a promover sua autobiografia. Unia uma visão de crítica enquanto artista ao do ser que procura modificar uma realidade. "Os escritores, como todos os artistas, acham-se preocupados em representar a realidade, em criar a realidade mais completa e absoluta que a própria realidade. Devem, para que possam realizar tal objetivo, assumir uma posição moral, uma atitude política, social e filosófica claramente concebida (...)"

*colaborador da Classe